



SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES
DE MULHERES NO BRASIL PÓS-BEIJING
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.

SUSTENTABILIDADE DAS
ORGANIZAÇÕES DE
MULHERES NO BRASIL
PÓS-BEIJING:

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.

SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO BRASIL PÓS-BEIJING: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.

Realização

Rede Entre Mulheres – Seção Brasil

Coordenação

SOS Corpo – ESPLAR

Apoios

SOF – AMB – CESE – FASE/SAAP



Recife,
outubro de 2001

Elaboração do projeto
Sílvia Camurça (SOS Corpo) e Magnólia Azevedo Said (Esplar).

Redação do texto final
Sílvia Camurça com Roseane Xavier

Elaboração dos instrumentos de pesquisa e tratamento dos dados
Roseane Xavier.

Entrevistadoras de campo
Maria Aparecida Lopes e Fernanda de Souza Lima.

Realização de grupo focal
Sílvia Camurça (SOS Corpo) e Nalu Faria (SOF), com Rosana Lucena (SOS Corpo) e Elizabeth Cruz (Esplar).

Consultoria para a pesquisa e análise de dados
Ana Paula Portella (SOS Corpo), Solange Rocha (SOS Corpo) e
Tárcia Gouveia (SOS Corpo).

Equipe de produção
Márcia Laranjeira Jácome (SOS Corpo) e Fátima Ferreira (SOS Corpo)

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica
Carlos Pellegrino

Revisão
Lucyanda Moura (CESE)

A realização desta pesquisa e sua publicação contou com apoio de CESE e Desenvolvimento e Paz através do Fundo de Pequenos Projetos FASE/SAAP.

Lista de Siglas	07
Apresentação	09
I. Questões de Pesquisa	13
Pressupostos	14
Interrogações Principais	15
II. Especificações metodológicas	19
III. Sustentabilidade dos Encontros Nacionais Feministas	25
Os esforços e resultados de mobilização de recursos das comissões Organizadoras do XI e XIII ENF	27
O perfil e as formas de financiamento mobilizadas pelas participantes do XIII ENF no ano 2000	31
IV. Situação dos grupos e organizações	39
Caracterização da amostra de grupos pesquisados	40
Situação de financiamentos	43
Composição das equipes	49
Condições de infra-estrutura disponíveis	52
O discurso quanto à sustentabilidade financeira	55
V. Situação das articulações permanentes	61
VI. Considerações para o Debate	65
Comentários à pesquisa por ANA PAULA PORTELLA	67
O significado da pesquisa e as questões que seus resultados trazem para o movimento de mulheres e para a cooperação internacional por MAGNÓLIA AZEVEDO SAID	72
Apreciações a respeito do relatório final por ELIANA BELINI ROSEMBERG	76
Entidades de mulheres: a questão da sustentabilidade por GRACIELA RODRIGUEZ	79
Anexo - Organizações Pesquisadas	85

LISTA DE SIGLAS

- AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
ANGs – Agências Não-Governamentais de Cooperação
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e
Desenvolvimento/ Banco Mundial
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BB - Banco do Brasil
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços
COENF – Comissão Organizadora de Encontro Nacional Feminista
ENF – Encontro Nacional Feminista
IFMs – Instituições Financeiras Multilaterais
ONGs – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAD – Processo de Articulação e Diálogo entre Agências
Ecumênicas Européias e seus Parceiros no Brasil
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências
SOF – Sempre Viva Organização Feminista



APRESENTAÇÃO

Estudos e pesquisas sobre as questões de gênero nos programas de desenvolvimento governamentais, políticas públicas e programas de ajuste estrutural, assim como o tema das relações de gênero nas políticas de cooperação internacional estão na agenda feminista e na agenda da cooperação internacional desde, pelo menos, a Década da Mulher, definida pela ONU para o período 1975-1985. Desde então muitos grupos de mulheres institucionalizaram-se na forma de organizações não-governamentais ou consolidaram-se em grupos de base.

Após a conferência do México, 1975, três conferências mundiais sobre a mulher foram realizadas, o tema ganhou densidade e visibilidade na cena política nacional e internacional no contexto do chamado Ciclo Social de conferências da ONU e, em especial, durante a IV Conferência sobre a Mulher e Desenvolvimento (Beijing, 1995).

No ano de avaliação dos cinco anos de implementação da Plataforma de Beijing e no ano de realização de mais um Encontro Nacional Feminista, as organizações promotoras desta pesquisa consideraram ser interessante iniciar uma avaliação sobre os impactos desta mobilização pela igualdade de gênero sobre as organizações de mulheres e assim produzir uma contribuição para o debate mais geral sobre desenvolvimento institucional das organizações da sociedade civil brasileira.

Propusemos, em nome do grupo impulsor da Rede Entre Mulheres¹ uma pesquisa exploratória sobre o assunto, consultamos a secretaria executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) sobre o interesse neste tipo de informação e tomamos o XIII

Encontro Nacional Feminista (XIII ENF) como espaço privilegiado de coleta de dados, para o que também consultamos a comissão organizadora daquele evento.

Em todos os casos, a receptividade foi grande: a secretaria executiva da AMB respaldou a proposta politicamente; a comissão organizadora do XIII ENF sugeriu incluir no estudo o tema da sustentabilidade dos encontros feministas; dois fundos de pequenos projetos, CESE e SAAP, nos apoiaram financeiramente na empreitada e juntou-se a nós a SOF, organização feminista de São Paulo, que colaborou no trabalho de coleta de dados durante o XIII ENF.

O que aqui apresenta-se são alguns indicadores quanto à sustentabilidade das articulações feministas - os encontros nacionais feministas, de um lado, e os fóruns, movimentos e redes, de outro; e algumas pistas quanto às questões de sustentabilidade das organizações não governamentais e grupos de base, integrados por mulheres, no contexto atual de transformação das relações de cooperação ao desenvolvimento e de reforma do Estado no Brasil.

Silvia Camurça
Pela coordenação da pesquisa,
SOS Corpo e Esplar.

1. A Rede Entre Mulheres constitui-se na América Latina ao final dos anos 80, fundou-se ao longo dos anos 90, tendo descolado em atividades a partir de 1997, o grupo brasileiro encontra-se ainda em fase de desenvolvimento. Algumas atividades decorrentes de sua última reunião nacional em 1997, todas relacionadas ao tema da cooperação ao desenvolvimento e gênero.

I

QUESTÕES DE PESQUISA

PRESSUPOSTOS

Este estudo baseia-se no pressuposto de que a busca da equidade de gênero deve ser uma meta do desenvolvimento e da democracia. É portanto um campo de ação para as ações de solidariedade entre mulheres e organizações não-governamentais do norte e do sul e, ao mesmo tempo, constitui-se como um campo de luta democrática e de defesa e construção de direitos, em especial aqueles referidos às mulheres.

A busca da igualdade de gênero e da igualdade em geral se faz no exercício da democracia que pressupõe, por seu turno, a construção, fortalecimento e reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, parceiros e interlocutores e não apenas potenciais beneficiárias do desenvolvimento e da ação das ONGs e dos organismos de desenvolvimento.

Considera-se que o fortalecimento do campo feminista do movimento de mulheres é importante para a concretização das transformações - culturais, sociais, políticas e econômicas - que condicionam os problemas vividos pelas mulheres contra os quais orienta-se a Plataforma de Ação de Beijing. Isto se dá na medida em que este setor do movimento pretende a transformação das relações de desigualdade social e compromete-se com a defesa dos direitos e construção da cidadania para as mulheres.

O fortalecimento do campo feminista no interior do movimento de mulheres é uma condição importante de transformação social, dada a larga agenda do projeto feminista que conforma complexas mudanças de estruturas, mentalidades e instituições sociais impossíveis de serem alcançadas por uma organização isoladamente. Opta-se, por isso, pela noção de campo, inspiração

advinda dos debates sobre desenvolvimento institucional do campo efetivados no Brasil no marco do Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e seus parceiros no Brasil.²

Considerando esse universo, torna-se como objeto de estudo desta pesquisa, tanto as organizações do campo feminista que se fizeram presentes ao XIII Encontro Nacional Feminista, isoladamente, como também as redes, fóruns e movimentos e as comissões organizadoras dos encontros nacionais feministas.

INTERROGAÇÕES PRINCIPAIS

Até que ponto a Conferência de Beijing contribuiu para o desenvolvimento institucional das organizações e grupos de mulheres no Brasil? Esta foi uma primeira interrogação em torno da qual muitas outras multiplicaram-se.

Os grupos de mulheres, de perfil feminista, estão hoje em melhor condição de sustentabilidade ou encontram-se mais fragilizados? O que se passa com estas organizações é semelhante ao que se passa entre as organizações mistas, objeto de outras pesquisas sobre desenvolvimento institucional? Apoiar a ação das mulheres: até onde este compromisso segue sendo importante na prática da solidariedade internacional e até onde já é uma presença na recente experiência de cooperação interna brasileira? Que mudanças podem estar ocorrendo relativas às fontes de financiamento das atividades destas organizações?

De acordo com o enfoque sugerido por Domingos Armani,³ o fortalecimento das organizações da sociedade civil e movimentos sociais somente pode ser compreendido, se analisado considerando três aspectos do contexto no qual inscrevem-se estas organizações.

2. DUBÃO, Jorge Eduardo (2000), *Qual o enfoque do PID para Desenvolvimento Institucional: fragmentação ou integração de atores?*, Mineo.

3. DOMINGOS, Armani. (s.d.), *Desenho Mapa de Contexto das ONGs Brasileiras*, mimeo. *Texto elaborado como parte do PIDV no Brasil.*

Em primeiro plano, deve-se considerar o contexto sócio-econômico e político brasileiro que, em especial, a partir do governo Fernando Henrique, inclui desemprego estrutural e conjuntural crescente, acompanhado de reestruturação dos gastos com políticas sociais. A reestruturação dos gastos, ajuste fiscal e o conjunto das diretrizes da reforma do Estado traduziram-se em redução dos gastos com as políticas sociais universais, com correspondente aumento dos gastos com programas sociais setoriais e estímulo a formas privadas de atendimento. Do ponto de vista das organizações da sociedade civil, isto representa, segundo o próprio Domingos Armani, tanto perda de algumas oportunidades de financiamentos como emergência de novos tipos de oportunidades, e representa ainda novos desafios no tocante a maiores exigências quanto à qualidade do trabalho das organizações civis, inclusive de sua capacidade de formulação, monitoramento e implementação de políticas sociais.

O segundo plano de análise deve considerar o contexto das relações de cooperação internacional que, "desde o final dos anos 80, (...) combina realinhamento e/ou redução de recursos, intensificação de espaços e mecanismos de diálogo e articulação, com maiores exigências e controles sobre a *performance* das organizações apoiadas" (Domingos Armani, s.d.). Esta prática, segundo o autor, é decorrente de vários fatores que atuam sobre as agências no norte: reestruturação institucional, dando ênfase ao trabalho de *Lobby* e *Advocacy*; maior dependência de recursos governamentais e redução de doações da população; realinhamento dos recursos para África e Europa do leste; maiores exigências no planejamento, monitoramento e avaliação de resultados de suas ações; e a ampliação das oportunidades de parcerias não-financeiras com as organizações apoiadas, com emergência de novos espaços e redes internacionais de articulação e ação conjunta.

Por fim, deve-se considerar "o desenvolvimento institucional do próprio campo das ONGs brasileiras e do chamado Terceiro

Setor em geral" [...] "que torna mais difícil para as ONGs articuladas com mudanças sociais se diferenciarem como ator político neste contexto". (Domingos Armani, s.d.)

Estes três componentes do contexto atual de intervenção das ONGs exigem, ainda segundo Armani, um conjunto de estratégias já possíveis de sistematização a partir da observação da prática destas organizações: (i) ampliação da escala de trabalho articulando local, regional, nacional e internacional, (ii) desenvolvimento de formas de trabalho em rede, (iii) elevado grau de profissionalismo, e (iv) combinação de ações de resistência, denúncia e proposição política com experimentação de alternativas e geração de benefícios concretos para a população.

As considerações de Domingos Armani instigam interrogações sobre se estariam as organizações de mulheres realizando estas estratégias e se estão em condições de viabilizá-las.

Um outro ponto de vista expressa Leandro Valarelli⁴, quando afirma que para uma avaliação do desenvolvimento institucional devem ser avaliados os "aspectos relacionados à capacidade das organizações se legitimarem frente ao público alvo e de estabelecerem relações de diálogo e cooperação" – isto porque esta capacidade está associada a *Institutional Building* (construção de um tecido social formado por organizações transformadas em instituições, ou seja, dotadas de maior capacidade de se reproduzirem e permanecerem atuando e regulando territórios e relações sociais). Deve ser avaliado "o processo de ampliação da capacidade de uma organização ou grupo de ser sujeito de mudanças, portanto de controlar e influenciar fatores e outros sujeitos".

Foi considerando estas referências, apontadas por Armani e Valarelli, e, de outro lado, os limites de um estudo exploratório como este que se definiram as áreas organizacionais de

4. VALARELLI, Leandro (1999), *Reflexões de pesquisa sobre IDO de região sul-sudeste, INDI*.

investigação quanto à sustentabilidade das organizações de mulheres: fontes de financiamento; composição funcional das equipes de trabalho, infra-estrutura para administração financeira, para ação educativa e para comunicação.

Teria sido adequado comparar se a tendência, quanto às condições das organizações de mulheres se reproduzirem ampliando sua capacidade de ação, segue a tendência das ONGs em geral, observada em outros estudos recentes no Brasil. Entretanto, esta tarefa não foi assumida nesta pesquisa.

II

ESPECIFICAÇÕES METODOLÓGICAS

Esleu-se como modelo de pesquisa o estudo exploratório, em parte como decorrência da escassez de recursos humanos e financeiros, que parecia compor o contexto naquele momento, em parte pelo caráter inusitado da proposta.

Eslegeram-se como sujeitos de pesquisa organizações autônomas de mulheres, em especial aquele segmento identificado com o feminismo e, portanto, diretamente implicado nas ações de superação das desigualdades de gênero e defesa das mulheres e diretamente implicadas na sua própria reprodução como organização. Organizações autônomas de mulheres referem-se àquelas que não constituem subdivisão de instituições tais como Partido, Igreja, Sindicato ou Universidade.

Eslegeram-se três tipos de organizações autônomas de mulheres, de modo a cobrir o campo feminista conformado por estas organizações:

- As COENFs: Comissões Organizadoras dos Encontros Nacionais Feministas;
- Os grupos de base e ONGs de mulheres;
- As articulações permanentes do movimento: fóruns, redes, articulações nacionais e movimentos.

A sustentabilidade das COENFs (Comissões Organizadoras dos Encontros Nacionais Feministas) e, por decorrência, a sustentabilidade dos próprios encontros nacionais feministas são objeto do capítulo III deste relatório.

Foram entrevistadas duas COENFs. Uma relativa ao XI Encontro Nacional Feminista, realizado no período pré-Beijing em Goiás, 1991, e a outra relativa ao XIII Encontro, realizada no período Pós-Beijing, em 2000, na cidade de João Pessoa.⁵ As informações foram prestadas através de correio eletrônico, utilizando-se um formulário constituído por dois quadros sintéticos apresentando os esforços para viabilização do evento e os recursos e parcerias efetivamente concretizadas para tal.

No tocante ao XIII ENF, e considerando-se a tendência de aumento da participação das taxas de inscrição como fonte de financiamento dos encontros feministas, incluíram-se nesta parte da pesquisa, entrevistas a uma amostra de 125 participantes do XIII ENF, de modo a verificar as origens dos recursos usados para pagar suas inscrições no encontro, tema objeto, também, do primeiro capítulo.

As informações junto a estas mulheres foram levantadas através da primeira parte do questionário de pesquisa, cujas perguntas estiveram distribuídas em torno dos seguintes temas:

- Caracterização sócio-demográfica da entrevistada (idade, raça ou etnia, zona de moradia, ocupação profissional, escolaridade, renda, participação em grupos ou organizações sociais e políticas);
- Participação das entrevistadas no XIII ENF (inscrição, financiamento, motivações).

Os grupos de base e ongs de mulheres, tomados isoladamente, são analisados no Capítulo IV. A mostra destes grupos é uma subdivisão da amostra de 125 entrevistadas, 44% das quais afirmaram integrar ONGs e grupos de mulheres autônomos, do que resultou, após avaliação e filtragem dos questionários, em 51 questionários úteis, relativos a 51 grupos e ONGs autônomas pesquisadas. Neste caso, a unidade de análise é o grupo ou organização e os

5. Não foi possível incluir na pesquisa a COENF relativa ao XII Encontro, Salvador, 1997, também no período pós-Beijing, por dificuldades de localização e contato com suas integrantes. Buscamos por e-mail e telefone através da representação local da Articulação de Mulheres Brasileiras.

dados analisados tomam por base as verbalizações das componentes dos mesmos, entrevistadas durante o XIII ENF.

Levantaram-se informações quanto à situação do grupo no ano de 1995 e no ano 2000, relativas a fontes de recursos, composição da equipe e posse de itens de infra-estrutura. Ressalte-se, entretanto, que do total de 51 grupos pesquisados em 2000, apenas 37 permitiam comparações com o ano de 1995, conforme os critérios adotados e apresentados adiante.

Considerando o ambiente de encontro e indisponibilidade de dados contábeis nos momentos das entrevistas, adotou-se a estratégia de trabalhar apenas com os anos de 1995 (momento marcado pela Conferência de Beijing, e por isto facilmente reportado na lembrança) e 2000 (momento atual), iniciando-se sempre pelo momento atual.

No tocante a financiamento, decidiu-se que valores de financiamentos não seriam objeto de pesquisa, optando-se por coleta de informações sobre a diversidade de fontes e frequência de apoio destas fontes em cada um dos dois anos pesquisados, informações consideradas de mais fácil recuperação por parte das entrevistadas. Duas perguntas foram inseridas a este respeito, uma com menção espontânea e uma segunda estimulada.

No tocante à composição das equipes, a pergunta solicitava uma avaliação da entrevistada quanto à variação do tamanho da equipe e tipos de relações de trabalho estabelecidas, comparando os momentos de 1995 e 2000. Procedimento similar foi adotado para comparação das condições de infra-estrutura disponível para a atuação dos grupos nos anos de 1995 e 2000.

Para imprimir confiabilidade às informações relativas ao ano de 1995, estabeleceu-se que seriam ouvidas apenas as componentes que tivessem mais de dois anos de vivência no grupo ou organização, ou que ocupassem cargos diretivos. Foi entrevistada apenas uma componente de cada grupo.

Para complementar e enriquecer as informações coletadas nas entrevistas, uma oficina de pesquisa foi realizada durante o XIII ENF, reunindo parte das representantes das organizações pesquisadas. A oficina tomou a forma de grupo de discussão e seu registro permitiu mapear o discurso das lideranças acerca do tema da sustentabilidade financeira.

As articulações permanentes, os fóruns, redes e movimentos de mulheres, conformam o terceiro e último grupo de organizações autônomas pesquisadas. Este é o tema do capítulo V, no qual elementos sobre a sustentabilidade destas organizações foram analisados considerando a amostra de sete fóruns, duas redes, dois movimentos e duas articulações nacionais, todas de caráter autônomo.

Articulações, fóruns, movimentos e redes referem-se aos espaços de articulação permanentes que são também modo de organização de alguns segmentos específicos do movimento de mulheres no Brasil, e que utilizam esta classificação para definirem sua identidade. Esta é a situação, por exemplo, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, entre outros.

Estes tipos de organização que integram este estudo foram entrevistados à distância, nos meses seguintes ao XIII ENF, utilizando-se para tal o meio eletrônico para envio e recebimento dos questionários. Os endereços tomaram como referência os contatos integrantes da mala direta da secretaria executiva da AMB relativa à IV Reunião Nacional da AMB, e as pessoas contactadas nos estados redistribuíram localmente o questionário.

O questionário adotado assemelhava-se ao utilizado para as ONGs e grupos de base, sendo, entretanto, menor: apenas 17 perguntas, relativas ao perfil da entrevistada e situação de infra-estrutura, equipe e financiamentos destes fóruns, movimentos e redes, nos anos de 1995 e 2000.

No conjunto da pesquisa, portanto, os instrumentos adotados foram quantitativos (formulários e questionário) e qualitativos (grupo de discussão e grupo focal).

A coleta de informações resultou em:

- 125 questionários aplicados junto a participantes do XIII ENF;
- 2 questionários respondidos por Comissões Organizadoras de ENFs;
- 51 questionários aplicados a representantes de grupos/ organizações autônomas presentes ao XIII ENF;
- 1 grupo de discussão de 23 mulheres formado por participantes do XIII ENF;
- 1 grupo focal com 12 participantes de organizações autônomas de mulheres (extraído do grupo de discussão) durante oficina no XIII ENF;
- 7 questionários respondidos por Fórum de Mulheres;
- 2 questionários respondidos por movimentos;
- 2 questionários respondidos por redes;
- 2 questionários respondidos por articulações nacionais do movimento de mulheres

III

SUSTENTABILIDADE DOS ENCONTROS NACIONAIS FEMINISTAS

Os encontros nacionais feministas são um importante espaço de encontro das militantes mais antigas no movimento e de inclusão de novas militantes, com função destacada na reprodução do próprio movimento, afirmação de sua identidade e atualização de debates. Observar a evolução na forma de financiamento destes eventos e os desafios à sua sustentabilidade foi, por isso, um imperativo deste estudo e uma sugestão da mais recente comissão organizadora do encontro feminista, a COENF do XIII ENF.

Para efeito de informação geral, é importante destacar a forma como organizam-se as COENFs, desde pelo menos a década de 80, quando estes encontros passaram a acontecer em espaço próprio.⁶

Após a decisão do lugar (cidade ou estado) que irá abrigar o próximo encontro e a fixação de sua data, em geral última atividade da plenária de encerramento dos encontros, as organizações feministas da região, mais recentemente articuladas no Fórum de Mulheres do estado-sede, definem e constituem a COENF: registram estatuto, no qual inclui-se a cláusula de extinção automática da COENF após determinado prazo, em geral 6 meses ou um ano após o evento. No estatuto, fixam-se as atribuições da COENF que incluem, na maioria das vezes: captação de fundos, preparação de toda a infra-estrutura, proposição e coordenação de consultas para fixação do temário principal, e mobilização do movimento. As COENFs são as principais fontes de memória destes eventos.

Nesta pesquisa, além dos questionários às COENFs, foram aplicados questionários durante o XIII ENF com as participantes, a quem perguntou-se sobre formas de financiamento de sua participação. Estas são nossas duas principais fontes para esta seção.

OS ESFORÇOS E RESULTADOS DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS DAS COMISSÕES ORGANIZADORAS

Contamos aqui com informações do XI Encontro Nacional Feminista (1991, Goiás) e do XIII ENF (2000, Paraíba). Nos dois casos, as informações que deram origem às tabelas 1 e 2, relativas a esta seção, foram colhidas junto às comissões organizadoras (COENFs) através de questionários enviados por meio eletrônico.

Um primeira informação refere-se à proporção de financiamentos de diferentes fontes sobre o total do orçamento realizado em cada um dos encontros, que indica uma crescente e importante participação das taxas de inscrição no orçamento total, saltando de 6%, em 1991 para 54%, em 2000.

No ano 2000, além das taxas de inscrição pagas pelas participantes, destacam-se como principais fontes de recursos financeiros os governos (16%) e ANG (Agências de Cooperação Não-Governamentais) Europeias (15%). Todas as demais fontes não ultrapassam os 8% de contribuição sobre o orçamento realizado.

Tabela 1.
Contribuição das Fontes de Recursos Financeiros no Orçamento dos ENFs

Fonte	% no XI ENF 1991	Fonte	% no XIII ENF 2000
Governos	35%	Inscrições	54%
Empresas	24%	Governos	16%
Angs europeias	20%	Angs Europeias	15%
Angs norte-americanas	6%	Fundos Peq Projetos	8%
Movimento sindical	6%	Angs Americanas	2%
Inscrições	6%	Empresas	2%
Fundos Peq Projetos	3%	Movimentos sindical	2%
Outros (*)	0	Outros	1%

Fonte: Dados da Pesquisa.

(*) outros: ONGs mistas, parlamentares, partidos

6. Até então a maioria dos encontros nacionais feministas ocorria dentro das reuniões anuais do SNUC, o espaço de militantes era menor e seu perfil era respondidamente de elite média intelectualizada.

Em relação ao XI ENF de 1991, e excetuando-se as taxas de inscrição, todas as demais fontes caem em proporção de contribuição. Entre as demais fontes, as que mais reduziram proporcionalmente sua contribuição foram as empresas, segundo lugar nas contribuições de 1991 (24%), e sexto lugar em 2000, com apenas 2% de contribuição sobre orçamento executado.

Uma segunda informação refere-se a apoio não-monetário na forma de trabalho voluntário, impressos, material de papelaria, empréstimos de equipamentos, pagamento de expedição de correspondência, passagens aéreas e terrestres para convidadas, refeições e alojamento para COENF e equipes de apoio.

Dentre estes apoios, os três tipos que se destacam em volume são o trabalho não remunerado, fornecimento de impressos e material de papelaria, e empréstimos de equipamentos, computadores, fax, fotocopiadoras, vídeos e outros, necessários às oficinas, grupos de discussão e à secretaria durante o evento.

Considerando-se o número de pessoas disponibilizadas antes e durante o evento, despontam como principais fontes de trabalho não remunerado as próprias militantes do movimento feminista, com 80% deste trabalho em 1991 e 91% em 2000, e, em segundo, os governos estaduais, neste caso disponibilizando pessoal principalmente para o período do evento. Em 2000, as ONGs mistas passam a contribuir com disponibilização de pessoal, mas com apenas um caso, correspondendo a 3% do pessoal voluntário envolvido nas atividades da COENF deste evento.

No item relativo a impressos e material de papelaria, as empresas - em sua maioria locais e do setor serviços - e os governos executivos - locais e estaduais - representam uma importante fonte de apoio. No caso das empresas, fornecendo 30% e 31% do material necessário respectivamente em cada evento, enquanto os governos contribuíram com 60% dos materiais e impressos, em 1991 e 36%, em 2000. Neste item, aparecem as contribuições do movimento

sindical, centrais sindicais e sindicatos locais, com 10% e 17%, nos dois eventos, e, por outro lado, desaparece o movimento feminista, que não está mencionado.

O movimento feminista e suas organizações tornam-se importantes apoiadores do evento no item _empréstimos de equipamento, com 62% dos equipamentos emprestados ao evento em 2000, ano em que o movimento feminista praticamente passa a substituir a contribuição das empresas, que em 1991 foi quase equivalente a esta, 60% dos equipamentos. As empresas, em 2000, contribuíram apenas com 14% deste tipo de apoio. O movimento sindical segue sendo importante, embora decaia em apoio no ano de 2000: 30%, em 1991 e 7%, em 2000. Governos são ausentes nas indicações em ambos os anos e as ONGs mistas aparecem apenas em 2000, com 10% da contribuição a este item.

Tabela 2.
Evolução dos principais apoios não-monetários aos ENFs

Tipo de Apoio	Fonte	% no XI ENF 1991	% no XIII ENF 2000
Trabalho não remunerado	Organizações feministas	80%	91%
	Empresas	0	6%
	Governos estaduais e/ou municipais	20%	0
	Movimento sindical	0	0
	ONGs mistas	0	3%
Impressos e papelaria	Organizações feministas	0	0
	Empresas	30%	31%
	Governos estaduais e/ou municipais	60%	36%
	Movimento sindical	10%	17%
	Universidades	0%	16%
Equipamentos	Organizações feministas	0	62%
	ONGs mistas	0	10%
	Governos estaduais e locais	0	0
	Empresas	60%	14%
	Movimento sindical	30%	7%
	Universidades e escolas públicas	0	7%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Uma terceira e última informação coletada refere-se à justificativa do não apoio apresentada pelas fontes consultadas pela COENF do XIII ENF, realizado no ano 2000. Solicitou-se às COENFs uma revisão nas cartas verificando as razões das negativas de apoio financeiro por parte das fontes consultadas. Do total das 24 agências consultadas, 67% (16) deixaram de apoiar o evento no ano 2000.

As agências de cooperação não-governamentais, norte-americanas e europeias, indicam como principais motivos:

- Ter o orçamento do ano já comprometido: 4 casos;
- Indicação de que os ENFs não são sua prioridade: por conta do temário, do caráter nacional (ao invés de internacional), pelo fato de ser evento, ou por não se enquadrar nos critérios estabelecidos ou se ver obrigada a fixar-se entre as prioridades estritamente definidas: 4 casos;
- Ter adotado como política manter apoios já existentes e não abrir novas relações de cooperação dada a escassez/estagnação no volume de recursos: 3 casos, um dos quais recomendando consulta a fundos de pequenos projetos.

Não responderam às cartas da COENF 2 agências consultadas. Uma única agência justificou sua negativa pelo fato de não ter mais o Brasil entre suas prioridades.

As razões das negativas são compatíveis com o que se conhece do contexto atual destas agências de cooperação, mas chama a atenção o fato de algumas delas não terem os encontros feministas entre suas prioridades, num contexto onde as políticas de gênero são indicadas como prioridades e o debate internacional sobre as desigualdades de gênero e pobreza são crescentemente mais consistentes. Caberia, então, verificar se esta contradição é real ou aparente, significando, talvez, um enfoque não feminista nas chamadas políticas de gênero da cooperação ao desenvolvimento.

O PERFIL DAS PARTICIPANTES E SUAS FORMAS DE CUSTEIO NO XIII ENF - 2000

Sendo as taxas de inscrição a principal e majoritária fonte de recursos financeiros do XIII ENF, caberia verificar quais as fontes de custeio da participação das mulheres que ali encontravam-se. Para tal, foram entrevistadas 125 participantes do XIII ENF, num universo de 749 participantes inscritas, buscando-se identificar seu perfil e os tipos e formas de mobilização de recursos.

Entre as entrevistadas, predominam aquelas que residem na própria região em que se realiza o Encontro: o Nordeste, que detém 53% do total das entrevistadas. O Sudeste é a segunda região mais representada, com 21% dos casos. As demais regiões estão representadas com 11% da região Centro-Oeste, 10% da região Sul e 5% da região Norte. Esta composição é condizente com a distribuição regional do total das inscritas, sistematizada pela COENF.

A amostra de 125 entrevistadas, correspondente a 17% do total das inscritas, bem como sua distribuição regular em relação ao universo pesquisado, nos permite fazer generalizações quanto aos resultados relativos às participantes no XIII ENF.

Tabela 3.
Distribuição Regional

Região	DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA 125 ENTREVISTADAS	DISTRIBUIÇÃO DO UNIVERSO 749 INSCRITAS
Nordeste	53%	58%
Sudeste	21%	22%
Centro-Oeste com DF	11%	9%
Sul	10%	5%
Norte	5%	4%
Ignorada	0	1%
Outros países	0	0,4%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A maioria destas entrevistadas localiza-se nas faixas etárias mais altas. Aquelas com idade entre 35 e 45 anos constituem a maior parte (42%), seguidas das que têm mais de 45 (32%). Nota-se, no entanto, uma parcela também considerável de mulheres entre 26 e 34 anos (21%), comparativamente às mais jovens, com 18 a 25, que constituem apenas 6% do total.

A situação de domicílio é quase uma constante: parcela maciça das entrevistadas (96%) reside na zona urbana, contra apenas 4% (somente 5 casos) que moram na zona rural, estando estas últimas, em sua maioria, no Nordeste (3 casos).

Note-se, ainda, que entre as 5 residentes na área rural, apenas 3 trabalham neste mesmo ambiente. Assim, somando-se as 4 residentes na zona urbana que trabalham na zona rural, tem-se no total da amostra apenas 6% de representantes, diretas ou indiretas, da realidade das mulheres do campo. Diante disso, cabe avaliar se tal escassez seria uma casualidade desta amostra ou se, pelo contrário, reflete um dado da realidade: o grau de sua participação no ENF e, por extensão, de sua integração ao Movimento Feminista.

Tabela 4.
Distribuição da amostra por idade, Moradia e Área de trabalho ⁷

IDADE (em anos)		ÁREA DE MORADIA		ÁREA DE TRABALHO		
16-25	26-34	35-44	45 e +	Rural	Urbana	Não Trabalha
6%	21%	42%	32%	4%	96%	7%

Fonte: Dados da Pesquisa.

7. Por razões de sustentabilidade, percentual alguma de mulheres não totalizam 100%.

Em sua maioria, portanto, a amostra reflete a realidade de mulheres, grupos ou organizações das áreas urbanas.

A idade tende a ser mais equitativamente distribuída, se observada através da região, embora distâncias significativas continuem sendo observadas internamente no Nordeste e no Sudeste. No Nordeste, comparativamente às demais regiões, é largamente majoritária a parcela mais jovem (26 a 34 anos), com

76% dos casos. No Sudeste, por outro lado, a faixa etária mais avançada (mais de 45 anos) constitui parcela visivelmente maior (29%), enquanto as três primeiras faixas etárias tendem a se aproximar, com percentuais entre 14% e 16%.

Tabela 5.
Faixa de Renda Individual

RECEITA EM SALÁRIOS MÍNIMOS	TOTAL	FAIXA ETÁRIA (em anos)				ZONA DE MORADIA	
		18-25	26-34	35-45	+de 45	Rural	Urbana
Até 5	44%	58%	53%	38%	42%	60%	42%
Entre 6 e 10	34%	14%	34%	31%	40%	20%	34%
Entre 11 e 20	16%	0	6%	22%	15%	0	17%
Mais de 20	3%	0	3%	4%	3%	0	3%
Não Informou	3%	28%	4%	5%	0	20%	4%

Fonte: Dados da Pesquisa.

No que se refere à renda, as entrevistadas concentram-se nos níveis de renda mais baixos identificados na amostra, tanto na individual (até 5 SM : 44%) quanto na familiar (até 10 SM: 54%). Os percentuais de renda individual mais baixas aumentam entre as mais jovens (18 a 25 anos: 57%; 26 a 34 anos: 54%) e entre as que moram e/ou trabalham na zona rural (60% deste segmento).

Tabela 6.
Faixa de Renda Familiar por Idade e Zona de Moradia

RECEITA EM SALÁRIOS MÍNIMOS	TOTAL	FAIXA ETÁRIA (em anos)				ZONA DE MORADIA	
		18-25	26-34	35-45	+de 45	Rural	Urbana
Até 5	25%	44%	27%	17%	30%	80%	23%
Entre 6 e 10	29%	0	30%	28%	33%	0	30%
Entre 11 e 20	22%	28%	19%	22%	22%	20%	22%
Mais de 20	14%	0	12%	18%	11%	0	15%
Não Informou	10%	28%	12%	15%	4%	0	10%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Aquelas que têm curso superior completo constituem a maior parcela (39%), acrescentando-se a estas as que ascenderam à pós-graduação (24%). As que têm apenas o ensino médio somam 29% dos casos, devendo-se ressaltar que este percentual se concentra, de maneira mais destacada, entre as de 18 a 25 anos (57% destas), em sua maioria ainda estudantes.

Tais dados parecem assumir feições diferentes, no entanto, quando observados entre as que moram ou trabalham na zona rural: 4 das 5 entrevistadas residentes nesta área têm apenas o ensino médio, de modo que as que aí trabalham e têm nível superior (3 casos) são provenientes da zona urbana.

Quanto às motivações para participar do encontro as respostas coletadas nos questionários aparecem muito diversificadas. Em sua maior parte, elas expressam a necessidade de atualização, reciclagem e intercâmbio por parte de adeptas já antigas (34%), ou reiteram a afinidade com o mesmo, expressa no reconhecimento da importância do Encontro para o Movimento e na motivação em fortalecê-lo (32%). Em muitos casos, representam também a presença de novos sujeitos, levados por outras demandas e interesses específicos (17%).

Entre as entrevistadas, a grande maioria (91%) estava inscrita no ENF. Destas, 26% estariam realizando exposições nas mesas de debates, coordenando oficinas e grupos de discussão, enquanto 65% seriam apenas participantes. Cerca de 8%, no entanto, encontravam-se sem inscrição, implementando participações paralelas, tais como divulgação de trabalhos ou campanhas, supostamente correlacionados a temas abordados no Encontro.

No que tange à participação social e política, observou-se a vinculação das entrevistadas a movimentos, grupos e organizações sociais. Foi apresentada às participantes uma tabela com múltiplas indicações, a maioria das quais assinaladas pelas entrevistadas, ou seja, a grande maioria participa e sente-se vinculada a mais de um movimento, grupo ou organização social.

Observa-se, como seria de esperar, uma majoritária incidência das que declaram participar do Movimento Feminista (77%), sendo também largamente comum as que se dizem vinculadas a grupos de mulheres (70%) ou, em menor grau, a ONGs exclusivamente feministas ou de mulheres (48%). Deve-se considerar que as

alternativas apresentadas não são excludentes, embora a participação em algumas possa desencadear automaticamente outras (como é o caso de ONG feminista, que sugerirá um sim, ainda que não obrigatório, quanto à vinculação ao Movimento Feminista).

Percebe-se uma participação também considerável de outros movimentos sociais (48%) e outros tipos de ongs (41%), sendo pouco menor a vinculação a associações de moradores ou comunitárias (35%). O partido é a organização que obtém uma vinculação da ordem dos 46%, devendo-se salientar a indistinação entre filiadas, militantes e funcionárias. Em relação ao primeiro, o sindicato é menos representado (32%).

São em menor número, também, as que se dizem vinculadas a organizações governamentais (30%). É comparativamente pequena a participação em organizações filantrópicas privadas (16%).

Das inscritas, 74% afirmam terem sua participação custeada, contra 25% que teriam ido "por conta própria". Tais dados obtêm algumas especificidades se observados por faixa etária. É maior entre as mais velhas (nas quais concentram-se os maiores níveis de renda) o percentual das que vieram por conta própria (35 a 45 anos: 27%; mais de 45: 30%), enquanto as mais jovens, com renda mais baixa, em maior frequência afirmam terem sido custeadas (18 a 25 anos: 86%; 26 a 34 anos: 85%).

Tabela 7.
Custeio das passagens e Taxas de Inscrição das Participantes no XIII ENF

SITUAÇÃO	TOTAL	FAIXA ETÁRIA (em anos)				ZONA DE MORADIA	
		18-25	26-34	35-45	+de 45	Rural	Urbana
Vieram por conta própria	25%	14%	15%	27%	30%	20%	25%
Vieram com apoio financeiro	74%	86%	85%	71%	70%	80%	74%
Não informou	1%	0	0	2%	0	0	1%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observando-se a origem do apoio financeiro recebido pelas participantes, verifica-se a importância do próprio movimento de mulheres. Se somarmos os percentuais de articulações, redes e fóruns de mulheres que apoiaram 23% das entrevistadas, bem como os grupos e ONGs de mulheres que apoiaram 20%, totaliza-se 43%. O mov. Sindical emerge como segunda principal fonte de captação destes recursos com 23% das entrevistadas recebendo seu apoio.

Tabela 8.
Origem do apoio financeiro recebido pelas entrevistadas

ORIGEM DO APOIO FINANCEIRO RECEBIDO	PROPORÇÃO DE PARTICIPANTES APOIADAS POR ESSAS FONTES
Articulações, redes e fóruns de mulheres	23%
Grupos e ONGs de mulheres	20%
Sindicatos e centrais sindicais	23%
Organizações governamentais	11%
Partidos e parlamentares	5%
Outros Movimentos Sociais	4%
ONGs mistas	3%
Instituições acadêmicas	2%
Instituições religiosas	2%
Fundos de pequenos projetos	2%
Agências de cooperação internacional	2%
Não informou	3%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A relação entre o vínculo com tais instituições e o grau de financiamento é reiterada por um outro dado específico: entre as que obtiveram apoio financeiro, quase a totalidade (90%) afirma ter vínculo direto (participação interna e ativa) com a fonte deste apoio. Em outras palavras, as participantes, em sua maioria, são custeadas pelo próprio grupo ou organização de que fazem parte, estejam elas desempenhando funções de coordenação ou direção (36%), ou sejam funcionárias permanentes ou prestadoras de serviços eventuais (28%), ou ainda como filiadas ou militantes (21%). Outras formas de relacionamento têm percentuais inferiores a 5%.

Vale destacar que, se os próprios grupos ou organizações de mulheres emergem como principais agentes apoiadores da participação nos Encontros Feministas, seguidos pelo movimento

sindical, estas entidades podem buscar, junto a outros agentes, as fontes de seu financiamento, podendo haver aí recursos de agências de cooperação internacional.

Um problema a ser investigado são as consequências da transição nas formas de financiamentos dos ENFs, passando do financiamento direto das agências às COENFs, para o financiamento indireto, através das inscrições pagas por ONGs, redes, fóruns, sindicatos, ainda que custeadas, provavelmente, com recursos de projetos apoiados por agências de cooperação.

A COENF do XIII ENF cobrou como taxa de inscrição das participantes o preço não subsidiado de R\$ 300,00, o que pode dificultar a participação de grupos com menor acesso a fontes de financiamentos, e, de outro, elevar a presença de organizações com maior poder financeiro, sejam elas feministas ou não. Que consequências de longo prazo pode esta situação trazer para os encontros feministas e o próprio feminismo no Brasil? Este é um ponto importante para monitoramento da sustentabilidade do movimento.

IV

SITUAÇÃO DOS GRUPOS E ORGANIZAÇÕES*

* Uma versão preliminar desta seção foi apresentada no seminário "Mulheres, Responsabilidade Social e Recursos Financeiros", Rio de Janeiro, 28 e 29 de agosto de 2000, numa promoção do Fundo Angela Borba de Recursos para Mulheres/CEMINA. O processamento da pesquisa que se seguiu ao evento exigiu rever alguns dados, o que explica diferenças em algumas tabelas e gráficos ali apresentadas, especialmente no que se refere a informações sobre a infraestrutura dos grupos estudados.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DE GRUPOS PESQUISADOS

Das 51 organizações pesquisadas, apenas 40 existiam em 1995. Entretanto, para efeito de comparação entre a situação nos anos de 1995 e 2000, foram consideradas apenas 37 destas organizações, uma vez que 3 das entrevistadas estavam há menos de dois anos no grupo e, por isso, conforme os critérios adotados, suas informações não poderiam ser consideradas válidas para efeito deste levantamento.

Entre os grupos investigados, pôde-se identificar uma grande diversidade de temas, demandas e segmentação, que parece refletir a pluralidade do movimento de mulheres.

Todavia, embora pudesse ser de inegável relevância a análise da evolução dos grupos segmentando-os ora por temática focalizada (saúde, violência, sexualidade, aspectos legais etc.), ora por identidade específica (organizações de mulheres negras, prostitutas, lésbicas, trabalhadoras rurais ou indígenas), ora por delimitação geográfica, e ainda por tamanho e composição funcional das equipes, tais estratificações exigiriam uma leitura profunda das diferenças e semelhanças entre os mesmos, o que aumentaria em muito o tamanho do questionário, fugindo à perspectiva de estudo exploratório.

Além disso, considerando o tamanho da amostra, uma tal divisão tenderia simplesmente a dispersar de modo exaustivo as informações, comprometendo não somente a operacionalização dos dados, mas também sua representatividade e generalização final. Entre o risco da dispersão e o risco da homogeneização, optou-se pelo segundo, mantendo, para algumas informações, certa estratificação da amostra: idade do grupo e região do país onde situa-se sua sede.

A estratificação por idade do grupo põe como marco o ano de 1995, quando foi realizada a Conferência de Beijing. Tem-se, desse modo, os grupos que surgiram "após Beijing" (4 anos ou menos), os que surgiram "em meio" à mobilização decorrente (5 a 6 anos) e os grupos "anteriores a Beijing" (6 anos ou mais).

Os grupos mais novos, com 4 anos ou menos de existência, formam uma pequena parcela (22%). A maioria dos grupos, 72%, tem mais de 6 anos de existência. É pequeno o percentual dos que têm entre 5 e 6 anos (6%).

Tabela 9.
Estratificação dos grupos pesquisados durante o XIII ENF

ESTRATIFICAÇÃO DA AMOSTRA					
POR IDADE DO GRUPO (Anos)			POR REGIÃO		
- 4 anos	a 6 anos	+ de 6 anos	SE	NE	S N CO com DF
22 %	6%	72%	31%	49%	8% 6% 6%
(11)	(3)	(37)	(16)	(25)	(4) (3) (3)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em sua maior parte, os grupos pesquisados localizam-se no Nordeste (49% contra os 31% do Sudeste). As demais regiões, em virtude de sua proporção na amostra, obtêm percentuais iguais ou inferiores a 8%. Em função desta pequena participação das demais regiões, nas análises por região, foca-se tão somente o Sudeste e Nordeste, regiões de maior prevalência dos grupos alcançados pelas entrevistas. Saliente-se que o encontro foi no Nordeste, o que explica, também, o grande público da região.

Entre as regiões Sudeste e Nordeste, os grupos mais antigos da amostra pesquisada, ou seja, os grupos que já existiam antes de Beijing, mostram-se mais frequentes no Nordeste (76%), mas são também a maior parte dos grupos do Sudeste (62%), onde a incidência dos grupos mais jovens é discretamente maior que no Nordeste (25% no Sudeste, contra 20% no Nordeste).

SITUAÇÃO DE FINANCIAMENTOS: ANOS DE 1995 E 2000

De forma espontânea, as Agências não-governamentais européias emergem como as principais fontes de recursos dos grupos, tanto em relação a 1995, quanto em 2000. Nos dois momentos, a menção a este agente apresenta percentuais bastante próximos, apesar de sutil queda entre os dois períodos (- 4% na frequência de citação desta fonte). Outras Agências não-governamentais, como as americanas, apresentam baixos percentuais em 1995 (8%), mas aumentam nas menções relativas a 2000 (10%).

Em ambos os períodos, recursos próprios (contribuições dos associados, venda de produtos e contribuições e taxas das participantes de atividades) assumem o segundo maior percentual. Neste item, a diferença nos percentuais dos dois períodos é pouco significativa, embora expressando um discreto aumento (de 14% para 18%).

As doações locais informais, pela via de campanhas e festas para angariar recursos para atividades específicas, sem implicar em contrato formal de cooperação com os doadores, passam a constituir, em 2000, a terceira fonte de recursos citada espontaneamente pelas entrevistadas. Em 1995, estas doações não aparecem.

Ainda de forma espontânea, as instâncias governamentais são mais apontadas como fontes de recursos em relação a 1995 que a 2000 (dado que não será reiterado na questão estimulada, como será visto adiante).

Afora a menção espontânea a estes agentes, vale observar também o montante das que afirmam que o grupo não dispõe de fontes de financiamentos para o ano em pauta: 17%, em 2000, contra 24%, em 1995.

Tabela 10.
Fonte de Recursos: Menção Espontânea.

Fonte	N. Citações -1995	%	N. Citações/2000	%
AGNs européias	9	24%	10	20%
Recursos Próprios (RP)	5	14%	9	18%
AGNs americanas	3	8%	5	10%
Doações Locais Informais (DLI)	0	0%	5	10%
Fundos de Pequenos Projetos	1	3%	4	8%
Instâncias Governamentais Brasileiras	3	8%	2	4%
Coop. Internacional (CI)	2	5%	2	4%
Não geriu recursos financeiros	9	24%	9	17%
Não sabe/não respondeu	5	14%	5	10%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Verificando-se a lista de fontes citadas, dados não agregados, percebe-se, em 2000, um rol mais variado de fontes que em 1995. Este último dado, se, por um lado, pode suscitar a impressão de que os grupos ou organizações passam a dispor de uma maior diversidade de alternativas, por outro, pode sugerir, dada a dispersão dos percentuais, que a contribuição de determinados agentes tornou-se menos presente que em 1995, quando percentuais mais altos de citação são concentrados em um número menor de fontes.

Cabe analisar, portanto, se a diversificação de 2000, em relação a 1995, representa uma ampliação do movimento junto a outros agentes sociais e políticos, traduzida numa maior participação dos mesmos, ou se refletem, em vez disso, uma fragmentação de "pontos de apoio". Deve-se considerar, entretanto, que mais grupos estão gerindo recursos em 2000. No ano de 1995, 24% dos grupos pesquisados informaram não ter gerido recursos financeiros, contra 17% em igual situação, no ano 2000.

De forma estimulada, em que a questão isola fontes de recursos específicas, pré-tipificadas pelo questionário, nem todas estas informações são reiteradas.

Em 1995, prevalecem, entre as principais fontes indicadas pelas entrevistadas, as Agências Não-Governamentais Europeias (assinaladas em 27% dos grupos) e Agências Não-Governamentais Norte-americanas (representando 22% das indicações). Agências Não-Governamentais Brasileiras não são indicadas por nenhum grupo como fonte de financiamento naquele ano. Na categoria empresas, apenas é indicado o apoio de empresas brasileiras (8% das indicações).

Em contrapartida, os Bancos Multilaterais emergem como fontes significativas em 2000 (representando 8% de indicações para o BID e 10% para o BIRD/Banco Mundial). Os bancos brasileiros de fomento ao desenvolvimento também aparecem aí, ainda que com apenas 2% das indicações, um ponto percentual a menos que em 1995 (3%). Este aumento pode ser a expressão dos primeiros impactos das políticas das Instituições Financeiras Multilaterais, que têm orientado seus recursos e os recursos das políticas sociais governamentais que co-financiam para o "terceiro setor", em seguimento às políticas de reforma do Estado.

As agências não-governamentais estrangeiras permanecem importantes, mas são sobrepujadas em número de indicações pelas doações da população em geral (38%, contra 30% da ANG's americanas e 28% das ANG's europeias, no ano 2000). Ressalta-se que estamos trabalhando com indicação de fontes e não volume de financiamentos. Os dados indicam, então, que cresce o número de grupos que passam a ter nas doações da população uma fonte de recursos, e cai o número de grupos com apoio de agências não-governamentais estrangeiras. Nada, entretanto, pode-se afirmar sobre a importância destas doações para a sustentabilidade financeira destes grupos no momento da pesquisa, embora sejam muitos os analistas, dirigentes de ONGs, que vêm nestas

alternativas, oportunidades para ampliar a base de legitimação social de suas organizações e o próprio desenvolvimento institucional do campo destas organizações.

No total da amostra, o governo federal e os executivos municipais, as doações da população em geral e de pequenos grupos locais, e os fundos de pequenos projetos emergem como os agentes financiadores que mais cresceram em participação quantitativa nos grupos. Ou seja, cresce o número de grupos que recebem, independentemente da regularidade e do volume, algum apoio destes agentes, de acordo com as entrevistadas em relação a 1995 e do conhecimento em relação a 2000.

Tabela 11.
Frequências de Indicação das Fontes de Recursos dos Grupos

1995		2000	
ANGs europeias	27%	Governo Federal	40%
Governos Municipais	25%	Doações da População em Geral	38%
ANGs Americanas	22%	Governos Municipais	38%
Doações da População em geral	22%	Doações Peq. Grupos e Org. Locais	36%
Doações de Peq. Grupos e Org. Locais	22%	Fundos de Peq. Projetos	36%
Governo Federal	17%	ANGs americanas	30%
Governos Estaduais	16%	ANGs europeias	28%
Fundo de Peq. Projetos	14%	Empresas brasileiras	26%
Igrejas americanas	11%	Governos Estaduais	14%
Igrejas europeias	11%	ANGs brasileiras	10%
Empresas brasileiras	8%	Igrejas europeias	10%
Igrejas brasileiras	2%	Banco Mundial	10%
Bancos de Desenvolvimento Brasileiros	2%	Igrejas Americanas	8%
ANGs Brasileiras	0	BID	8%
Empresas Europeias	0	Igrejas brasileiras	4%
Empresas Americanas	0	Bancos de Desenv. Brasileiro	2%
BIRD - Banco Mundial	0	Empresas Americanas	2%
BID - Banco Interamericano	0	Empresas Europeias	0
Outros	11%	Outros	26%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observe-se que são pequenas as referências a Igrejas como fonte direta de recursos. Todavia, esta informação deve ser relativizada pela possível inserção das mesmas em outro tipo de instituição fomentadora (como ANG's europeias e ANG's brasileiras,

por exemplo), podendo constituir via indireta de participação, ainda que sob o desconhecimento das entrevistadas.

Vale destacar que foi relativamente alta a inclusão de OUTROS como fonte de recursos. Em apenas 2 casos estas fontes referiam-se a Organizações das Nações Unidas (UNIFEM e UNICEF). Nos demais, referiam-se à venda de serviços e materiais (educativos, reciclados) e doações de políticos e partidos, o que coincide com a importância que os recursos próprios adquirem na indicação espontânea.

No Sudeste, em ambos os períodos, as doações locais (da população em geral e de grupos e organizações) são inferiores às do Nordeste. Em 2000, tal discrepância se acentua, de -14% para -23%. Na primeira, as doações da população e dos grupos e organizações locais não ultrapassam, em 2000, o patamar dos 26%. No Nordeste, porém, as doações da população sobem, em 2000, para 36%, e os grupos e organizações locais passam a ser indicados por 48% dos grupos.

Em se tratando das regiões, algumas diferenças são agudizadas. Em 2000, as ANG's americanas passam a estar ainda mais presentes como fontes citadas pelos grupos no Sudeste, ultrapassando 50% dos casos, contra 8% de menção a esta fonte no Nordeste. Também as ANG's européias continuam mais mencionadas no Sudeste, apesar de apresentarem discrepâncias mais suaves e pequeno aumento no Nordeste, em 2000. Também aqui as ANG's brasileiras são mencionadas apenas em relação a 2000, com percentuais aproximados nas duas regiões.

De modo geral, o apoio de instituições governamentais cresceu muito no Sudeste e no Nordeste, de acordo com as menções das entrevistadas. Na região Sudeste, o Governo Federal é largamente citado como fonte de recursos. Já os percentuais referentes aos governos estaduais e municipais nesta região são baixos, tanto se comparados em relação ao primeiro, como se comparados à região Nordeste. Nesta última, as três instâncias governamentais (inclusive o governo estadual) mostram-se bastante presentes.

A presença do BIRD, BID, BNDES e BB apresenta diferenças regionais consideráveis. Entre as regiões, no ano 2000, em todos os casos os bancos fazem-se presentes no Sudeste. Em todas as regiões os maiores percentuais referem-se ao Banco Mundial, seguido do BID e, finalmente, dos bancos brasileiros, BNDES e BB.

Apesar de as instituições listadas passarem a constar entre as fontes de recursos de um maior número de grupos, deve-se considerar a possibilidade de algumas destas fontes não terem regularidade, mas sim um caráter pontual, ou de apoio único, tendência que tem crescido neste contexto de restrição de recursos da cooperação internacional. Do mesmo modo, deve-se considerar que as doações locais e da população em geral podem também ter um caráter não regular.

Isto significa que o aumento no número de grupos apoiados, por parte de algumas instituições específicas, pode se dar sob o prejuízo na frequência com que as contribuições são feitas a cada grupo. O oposto também poderia ocorrer em relação às fontes que tiveram sua frequência de citação aumentada: uma fonte restrita a um pequeno número de grupos pode, por outro lado, apresentar uma maior regularidade nas contribuições, isto para não falar da proporção ou valor do fomento.

Solicitadas a indicarem as fontes de recursos regulares em cada um dos anos pesquisados, as entrevistadas oferecem, com suas indicações, nuances quanto à importância das fontes para a sustentabilidade e reprodução das próprias organizações.

As ANG's européias e americanas são as fontes que mantêm maior regularidade entre todas as opções apresentadas, segundo avaliação das entrevistadas. As ANG's européias aparecem com os maiores percentuais de menção, tanto em 2000, como em 1995. Os governos crescem na indicação como fonte regular de recursos, em 2000, e nos três níveis, federal, estadual e municipal. (Tabela 12).

Em contrapartida, os fundos de pequenos projetos, se têm alta frequência de indicação como fonte, caem a 3% na indicação de

regularidade, dado que confirma o caráter pontual desse apoio, ainda que seja relevante no presente contexto.

Destaca-se o aumento da regularidade das doações da população em geral. De 5% de indicações em 1995, esta fonte de recursos passa a ser indicada como fonte regular por 14% das entrevistadas, no ano 2000.

Por fim, destaca-se a situação das freqüências relativas aos bancos. Estes somente aparecem entre as indicações de fontes regulares no ano 2000, e com freqüência de indicação de 6% dos grupos, enquanto os bancos brasileiros de desenvolvimento são, tanto em 1995 como em 2000, indicados como fontes ainda raras.

Tabela 12.
Freqüência de indicação das fontes regulares de recursos no ano avaliado

Fontes		1995	2000
DOAÇÕES	Da população em geral	5%	14%
	De peq. Grupos e org. locais	11%	9%
FUNDOS	De Pequenos Projetos	3%	12%
ANGS	Europeias	27%	22%
	Americanas	19%	26%
	Brasileiras	0	(*)
GOVERNO	Federal	14%	26%
	Municipal	11%	22%
	Estadual	5%	14%
IGREJAS	Brasileiras	3%	2%
	Europeias	11%	4%
	Americanas	8%	4%
BANCOS	Brasileiros	(*)	(*)
	Mundial	0	2%
	BID	0	4%
EMPRESAS	Brasileiras	3%	10%
	Americanas	0	2%
	Europeias	0	0
OUTROS		8%	12%

Fonte: Dados da Pesquisa.

(*) nestes casos a indicação de periodicidade foi raramente

COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES

A composição da equipe constitui um dado importante para sustentabilidade das organizações, na medida em que pode refletir o grau de formalização ou institucionalização do grupo, além de sugerir a existência ou não de um suporte infra-estrutural mínimo, capaz de constituir um ambiente de trabalho ou de gerir uma equipe de trabalho permanente.

Foi observado o tipo de vínculo das pessoas componentes das equipes, numa escala que vai desde equipe fixa com carteira assinada (mais alto grau de formalização), passando pela equipe fixa sem carteira, prestadoras/es de serviço (trabalhadoras/es não fixas/os) e profissionais e militantes não-remuneradas/os.

A constituição da equipe foi questionada apenas em relação a 2000. Tem-se, assim, que mais da metade (60%) dos grupos investigados são constituídos, em sua maioria, por profissionais e militantes não-remuneradas/os, sendo este percentual menor na Região Sudeste (56%), e maior na Região Nordeste (68%). É provável que esta seja a tendência de grande parte dos grupos menores ou de grande base social. Entretanto, considerando os limites de recortes do tratamento dos dados neste estudo, não se pode afirmar tal tendência, ainda que deva ser considerada como possibilidade.

Apresentando um percentual notavelmente distante, vêm aquelas organizações que, em sua maioria, são constituídas por equipe fixa com ou sem carteira assinada (14%, em ambos os casos). A exemplo do caso anterior é possível que este seja o perfil majoritário entre as ONGs. Cabe salientar a sensível diferença entre o Sudeste (25%) e o Nordeste (apenas 12%), no caso da equipe fixa com carteira assinada, o que significa garantia de todos os direitos trabalhistas.

Com percentual próximo aos dois anteriores, vêm os grupos cujas equipes são constituídas principalmente por prestadoras/es de serviços ou trabalhadoras/es avulsas/os (com remuneração, mas informais e não fixas), com 10% do total de casos.

Tabela 13.
Composição prevalecente das equipes no ano 2000

RELAÇÃO FUNCIONAL MAJORITÁRIA	TOTAL	IDADE DOS GRUPOS (EM ANOS)				REGIÃO	
		4 ou -	5 a 6	+ de 6	Sudeste	Nordeste	
Equipe fixa com carteira assinada	14%	0	0	19%	25%	12%	
Equipe fixa sem carteira	14%	9%	33%	13%	6%	12%	
Prest. de serviços / trab. Não fixas/os	10%	9%	0	11%	13%	8%	
Prof/ militantes não remuneradas/os	60%	82%	67%	54%	56%	68%	
Não respondeu	2%	0	0	3%	0	0	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação à idade das organizações, percebe-se, entre as mais antigas (mais de 6 anos), uma maior diversidade de constituição das equipes. Apenas nas organizações com essa idade foram identificados casos em que a equipe seria majoritariamente constituída por trabalhadoras/es fixas/os formais (19%).

Com relação à situação em 1995 e sua evolução em relação a 2000, um dado chama atenção: as/os profissionais militantes, sem remuneração, mais numerosos em todas as organizações no presente, são as/os que mais apresentam alterações, expressando os maiores aumentos entre 1995 e 2000, de acordo com as respondentes.

Em todos os casos, prevalece inalterada a relação funcional, o que significa que a situação encontrada em 2000, expressa na tabela 13, é muito próxima à de 1995, ou seja, segue muito baixa a profissionalização das equipes de grupos e ongs do campo feminista.

Tabela 14.
Variação na Composição da Equipe – 1995 e 2000

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE	TOTAL	IDADE DOS GRUPOS				REGIÃO			
		De 5 a 6	+ de 6	SUDESTE	NORDESTE				
Funcionários fixos com carteira	total	%	5a6	%	6 e + %	SE	%	NE	%
aumentou muito	1	3	0	0	1	3	0	0	1
aumentou mais ou menos	2	5	0	0	2	6	1	10	0
aumentou pouco	0	0	0	0	0	0	0	0	0
não alterou	27	73	3	100	24	71	5	50	16
Diminuiu	5	14	0	0	5	15	4	40	1
Não sabe/não respondeu	2	5	0	0	2	6	0	0	1
TOTAL	37	100	3	100	34	100	10	100	19
Funcionários fixos sem carteira	total	%	5a6	%	6 e + %	SE	%	NE	%
aumentou muito	0	0	0	0	0	0	0	0	0
aumentou mais ou menos	3	8	1	33	2	6	0	0	2
aumentou pouco	2	5	0	0	2	6	1	10	0
não alterou	27	73	2	67	25	74	7	70	15
Diminuiu	4	11	0	0	4	12	2	20	1
NSNR	1	3	0	0	1	3	0	0	1
TOTAL	37	100	3	100	34	100	10	100	19
Prest. serv. não fixos	total	%	5a6	%	6 e + %	SE	%	NE	%
aumentou muito	3	8	1	33	2	6	0	0	2
aumentou mais ou menos	4	11	0	0	4	12	1	10	2
aumentou pouco	1	3	0	0	1	3	0	0	0
não alterou	25	68	2	67	23	68	6	60	14
Diminuiu	3	8	0	0	3	9	3	30	0
NSNR	1	3	0	0	1	3	0	0	1
TOTAL	37	100	3	100	34	100	10	100	19
Prof. voluntários s/ remuneração	total	%	5a6	%	6 e + %	SE	%	NE	%
aumentou muito	2	5	0	0	2	6	0	0	2
aumentou mais ou menos	8	22	1	33	7	21	3	30	2
aumentou pouco	3	8	0	0	3	9	2	20	1
não alterou	15	41	1	33	14	41	3	30	7
Diminuiu	8	22	1	33	7	21	1	10	6
NSNR	1	3	0	0	1	3	1	10	2
TOTAL	37	100	3	100	34	100	10	100	20

Fonte: Dados da Pesquisa

CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS

Prédio/sede

Em 1995, somavam 67% os que dispunham de uma sede – própria, alugada ou cedida – número que sobe para 76% em 2000. Entretanto, percebe-se no item prédio/sede, entre os grupos que possuem duas ou mais unidades, queda das que são próprias e concomitante aumento das que são emprestadas ou alugadas.

Tornam-se mais numerosos os grupos que possuem apenas um prédio/sede, mas, neste caso, a situação de propriedade aumenta. Enfim, os prédios/sedes próprias aumentaram entre os grupos que não tinham nenhuma sede, e diminuíram entre os que tinham mais de uma.

Há grupos que venderam um dos prédios para financiar atividades e equipes, outro vendeu os dois prédios, comprou uma sede menor e com o saldo pagou dívidas trabalhistas, decorrentes de redução no tamanho da equipe.

Comunicação Interna e Externa

(Linha Telefônica, Fax, Internet)

Constituem, em 2000, 55% do total os grupos que dispõem de linha telefônica, e 22% os que dispõem de fax. Considerando os itens linha telefônica e fax, percebe-se o aumento dos que dispõem de duas ou mais unidades próprias.

Percebe-se uma evolução significativa do uso da Internet, com saldo total positivo de 34% de "conectados"⁸. Em relação a 1995, o Sudeste detém mais casos de grupos conectados (20%) que o Nordeste (5%). O avanço acompanha tal desproporção: no Sudeste, o número de grupos conectados passa a ser maior, alcançando o

patamar de 63%. No Nordeste, em tendência inversa, continuam predominando os que não têm acesso à Internet, embora tenha aumentado o número de grupos conectados (30%).

Recursos pedagógicos eletrônicos

(TV e Vídeo)

Em 2000, 43% do total equiparam-se com estes itens. As situações de aluguel e empréstimo caem nos itens TV e vídeo.

Entre os que têm apenas uma, crescem aqueles que são proprietários.

Gestão Organizacional, Produção e Reprodução de Informações

(Máquina de Escrever, Copiadora, Computador, Impressora)

A máquina de escrever continua sendo um recurso bastante presente nos grupos, muitas vezes com percentuais semelhantes aos do computador.

Com o uso generalizado da informática, cresce a proporção de grupos que dispõem de computador (59%, em 2000, contra 41%, em 1995), o mesmo ocorrendo em relação a impressoras (57%, contra 41%). As copiadoras mantêm-se na mesma proporção (24%), nos anos de 1995 e 2000.

No tocante às Regiões, no Sudeste há aumento de posse destes itens, tanto entre os que dispõem de máquinas de escrever, quanto de computadores. Por outro lado, há quedas entre quem tem dois ou mais. Diminui ainda o montante de grupos que dispõem de scanner.

No Nordeste, tem ligeiro declínio o número dos que têm máquinas de escrever, independentemente da quantidade. Sobe, por outro lado, o número dos que têm dois ou mais computadores. Tendem a equilibrar-se os que dispõem de apenas um (50%) e os que têm dois ou mais (49%). Aumenta também, nesta Região, o número dos que têm scanner.

8. Em relação a 2000, foram somados os percentuais de "está conectado e usa frequentemente" como fonte de comunicação e informação com outros grupos" e "está conectado mas o uso ainda é escasso".

Acesso a Informação Impressa

(Jornais e Revistas)

Constitui minoria entre os grupos os que dispõem de assinaturas desses tipos de periódicos: entre 14 e 33%. Os jornais locais e as revistas especializadas ou acadêmicas são os que detêm os maiores percentuais: 27% e 33%, respectivamente.

Entre as regiões, a evolução destes itens mostra-se mais favorável para o Nordeste, com saldo negativo, ou seja, assinaturas canceladas, apenas no item *jornal nacional*. Vale observar, entre as duas regiões, o aumento dos que dispõem de revistas especializadas ou acadêmicas, neste caso, geralmente vinculadas aos núcleos de estudos da mulher ou de gênero das universidades brasileiras.

Ressalte-se, novamente, que aqui há provável distribuição desigual destes itens entre os diferentes grupos, se for considerado o tamanho das equipes fixas e os orçamentos, dados que, como já sublinhado, não foram coletados neste estudo, mas que seriam necessários em estudos futuros e de caráter mais analítico.

Tabela 15.
Disponibilidade de itens para funcionamento

ITENS	SITUAÇÃO DE POSSE					
	TEM		NÃO TEM		NÃO INFORMADA	
	2000	1995	2000	1995	2000	1995
Prédio	76%	67%	24%	30%	*	3%
Linha Telefônica	55%	54%	45%	43%	*	3%
Vídeo cassete	43%	35%	55%	59%	2%	5%
TV	43%	46%	57%	49%	*	5%
Máquina de escrever	45%	43%	55%	51%	*	5%
Computador	59%	41%	41%	54%	*	5%
Impressora	57%	41%	43%	54%	*	5%
Copiadora	24%	24%	76%	67%	*	8%
Fax	43%	35%	55%	59%	2%	5%
Scanner	24%	13%	74%	81%	2%	5%
Jornal local	27%	27%	71%	65%	2%	8%
Jornal nacional	14%	19%	86%	76%	*	5%
Revista nacional	18%	16%	76%	78%	6%	5%
Rev. esp. Ou acad.	33%	24%	63%	70%	4%	5%

Fonte: Dados da Pesquisa.

O DISCURSO QUANTO À SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

*"A gente sofre uma rejeição. Ou não acreditam em nós ou não querem que a gente evolua"*⁹

No tocante à sustentabilidade financeira, se, por um lado, as respostas das entrevistadas permitem perceber tendências em relação à diversidade das fontes de recursos, a oficina de pesquisa aponta para algumas pistas no que tange ao volume e qualidade da relação de cooperação, não-governamental e governamental.

A oficina realizada durante o XIII ENF reuniu 23 mulheres que participaram da discussão sobre a pesquisa, 12 permaneceram para o grupo focal (número das que se adequavam aos critérios desta pesquisa e se dispuseram a participar).

O perfil das participantes e os grupos de que fazem parte é, no caso deste grupo focal, preponderantemente popular, caracterizando-se por grupos com atuação em bairros e periferias de grande capitais, no Nordeste e Sudeste, também aqui as duas regiões mais representadas. A quase totalidade dos grupos tinha mais de 6 anos de existência, nas duas regiões. Destaca-se a presença de 3 ONGs, 1 representante de fórum de mulheres e 1 representante de movimento, neste caso de mulheres rurais.

A grande maioria das participantes da oficina e do grupo focal manifestou, tanto na reunião de discussão, quanto ao final do grupo focal, interesse e necessidade de informação e capacitação.

A demanda por informação referia-se às possibilidades de financiamento para atividades e para suas organizações entre as

9. Nesta sessão aparecem em itálico as falas e exposições das participantes do grupo focal realizado durante o XIII ENF.

agências internacionais não-governamentais atuando no Brasil. Neste âmbito, interessava às participantes informações sobre quais fontes de financiamento têm as mulheres como prioridade e se há novas agências chegando ao país. Havia também demanda por informação atualizada quanto aos recursos nacionais e cooperação internacional no Brasil, interessando as informações tanto sobre os fundos privados como públicos.

Este momento inicial da oficina revelou, de um lado, certa familiaridade das participantes com fontes diversificadas de recursos e, de outro, lacunas de espaços para atualização permanente de novas possibilidades. No grupo focal, este tema retornou sob a argumentação de que os grupos de mulheres estão muito sozinhos e procurando resolver o problema da sustentabilidade isoladamente. Elas afirmaram a necessidade de intercâmbio permanente de experiências de captação de recursos e informações sobre fontes, para tornar estes grupos capazes de enfrentar a *"concorrência com todos os outros grupos"*. Expressa-se assim uma visão de campo ao tratar do assunto.

A demanda por capacitação proveio principalmente dos grupos de base, e apresentava-se formulada no sentido de capacitação para elaboração de projetos. A demanda parece expressar a dificuldade de adequar a linguagem, propósitos e lógica de funcionamento dos grupos ao que é considerado como "projetos de desenvolvimento", para o que se exige certo padrão de planejamento e formulação de objetivos, metas e metodologia.

No transcorrer do grupo focal, com as 12 participantes cuja experiência foi esturpada, o tema da sustentabilidade e seus desafios no contexto atual emergiu com mais precisão. As perguntas geradoras da discussão foram:

- Pelo que vocês conhecem ou ouviram falar, na sua opinião está mais fácil ou mais difícil conseguir financiamento para organizações de mulheres?

- Desde a Conferência de Beijing (a) para que tipos de atividades é mais fácil e mais difícil? (b) para que tipos de despesas é mais fácil e mais difícil? (c) junto a que tipos de fontes de financiamento é mais difícil e mais fácil?

De modo geral, o discurso das participantes afirma que *"não mudou nada"*, ou seja, *"segue sendo sempre mais difícil"*. Era assim que estas mulheres viam o esforço das organizações de mulheres antes de Beijing e o vêem atualmente.

Sobre os recursos da cooperação internacional, em geral associados à cooperação não-governamental européia, o discurso sublinha a aparente redução dos fundos para o Brasil, a crescente dificuldade de renovar projetos que já vinham sendo financiados, e a dificuldade de estabelecer novos parceiros. *"O [volume de] financiamento diminuiu muito [após Beijing, 1995] e o que se mantém é com muita luta das mulheres, tirando do próprio bolso, trabalhando mais do que pode"*.

No tocante a recursos públicos nacionais, foram enfatizados, de forma recorrente, os problemas na relação com os governos: *"o governo não se preocupa em ajudar movimento de mulheres"*, *"eles têm lá sua ideologia e sua metodologia que é diferenciada da nossa"*.

Ainda sobre os recursos públicos, ficaram sublinhados os problemas decorrentes da burocracia governamental e suas especificidades de administração financeira; a falta de transparência de critérios e forma de acesso a fundos públicos, os problemas com os cronogramas de desembolso, sempre atrasados por parte dos governos, e a descontinuidade dos apoios.

A geração de recursos próprios foi bastante problematizada. Em muitos espaços, esta tem sido apresentada como imposição do contexto, mas, pelo menos no que tange a grupos de periferia, as dificuldades aparecem, muito fortemente, nos discursos das mulheres. Boa parte delas precisa, em primeiro plano, garantir

sua própria sobrevivência, o que vai permitir seu trabalho voluntário no grupo. O sustento do grupo aparece assim como segundo esforço. Além disto, ficou sublinhado que a alternativa de comercializar no próprio bairro, local de atuação, é paliativa, não gera recursos suficientes para as despesas dos grupos, pois a população compradora está sem dinheiro. Por outro lado, sair para vender coisas fora da área de atuação do grupo desvia em muito a atenção das mulheres.

"Nós já trabalhamos com nossos próprios recursos, vendemos lençóis e colchas na própria comunidade, isso é suficiente para ajudar o sustento de nossas famílias, mas não do grupo; o tempo que resta é pro trabalho político".

A geração de recursos próprios tem sido, mesmo assim, uma fonte das que mais crescem nos anos recentes. Participantes das organizações mais ativas nesta direção indicaram, na oficina, um percentual de 18% de recursos gerados pelas mais diferentes atividades: venda de material educativo e serviços de consultoria, por parte de ONGs, e, no caso de grupos populares, colocando barracas para arrecadar doações e vender "coisinhas" em eventos políticos, passeatas e caminhadas. Somam-se a isto as iniciativas de apoios não-financeiros que podem transformar-se em dinheiro: conseguir patrocínio para camisetas e broches e vender as camisetas e broches, foi um dos exemplos.

De todo o exposto, e considerando o discurso das participantes do grupo focal, é possível supor que o apoio financeiro a atividades das organizações de mulheres não sofreu mudanças, ou pelo menos mudanças que alterassem a tendência mais geral, iniciada nos anos 80, de redução de recursos da cooperação internacional não-governamental, com aumento da disponibilidade de recursos por parte dos governos e bancos multilaterais, em que pese a Conferência de Beijing chamar atenção e acordar compromissos de investimentos financeiros para a igualdade de mulheres e homens, e ainda de apontar aquelas organizações como atores importantes.

É possível, também, questionar até que ponto a prioridade nas políticas de gênero das agências de cooperação não-governamental tem sido suficiente para fortalecer organizações autônomas de mulheres. Pode-se, ainda, questionar de que forma e com que lógica essa prioridade tem sido traduzida em mais recursos para as organizações de mulheres. As participantes apontaram problemas com financiamentos decorrentes da metodologia utilizada, por exemplo, no âmbito da geração de renda, onde, no caso das mulheres, é central organizar grupos de reflexão para compreender os insucessos. Esta metodologia, entretanto, não foi financiada, sob o argumento de que não era capacitação.

Por fim, e ainda no tema da cooperação internacional, conjecturou-se quanto à retirada da cooperação. As participantes conheciam, de ouvir falar, sobre as tendências em transferir recursos para a África, mas discordavam da argumentação de maior pobreza.

"Aqui não tem mais problema? Então, nós estamos resolvidas? Só porque surgiram várias organizações de mulheres? Isso é resultado! Isso não é motivo para ir embora! Isso é motivo pra ficar porque, se as organizações estão aumentando, se são muitas, isso é resultado de nosso trabalho e precisa ainda mais [de organizações de mulheres] para fazer mais."

No tocante aos recursos públicos, crescentemente mais acessados pelos grupos pesquisados, parece que a proposta de reforma do Estado brasileiro e a lógica das Instituições Financeiras Multilaterais, que incluem as organizações civis como atores-parceiros na execução de políticas públicas, ou não têm sido efetivadas na medida propagandeada, ou não têm sido orientadas para o perfil dos grupos participantes da oficina de pesquisa e sua sustentabilidade, pois a percepção das participantes dos grupos de perfil popular, maioria neste grupo focal, diverge dos resultados encontrados através dos questionários.

Em qualquer das possibilidades, a situação é problemática, ainda mais porque as participantes da oficina afirmaram desconhecer, por parte de governos municipais e estaduais, qualquer linha de financiamento específico para organizar mulheres ou mesmo para apoiar iniciativas de "mulheres avulsas", assim como também desconhecem qualquer política de cotas nos programas federais de micro-crédito, seja para atividades urbanas ou agrícolas. Os recursos governamentais crescem como fonte entre os grupos de mulheres, mas, ao que parece, seu volume é ainda pequeno e restrito a determinadas atividades e perfil de grupos mais voltados para atividades relativas à execução de algumas políticas sociais.

Quanto aos tipos e qualidade dos recursos, o discurso aponta para problemas na obtenção de financiamentos estruturais: coordenação, por exemplo, ou manutenção da sede e administração do grupo. Isto aparece como difícil de ser financiado, tanto por parte de governos, como junto a agências internacionais. *"...eles partem do princípio que você já é estabelecida, já tem a estrutura básica...mas as mulheres estão apenas começando a se organizar"*.

Outra questão comum às diferentes fontes de financiamento é o prazo. Segundo as participantes, quanto maior a duração do projeto, mais difícil o financiamento:

"o financiamento chega mais fácil quando é assim...para eventos rápidos".... "não chega ou é difícil chegar quando é para um trabalho mais demorado, de formação, de longo prazo."... "....até o DST/AIDS dá prazo de um ano, mesmo para projetos educativos; que educação você conclui em um ano? Só [se fizer] muito por cima",

V

SITUAÇÃO DAS ARTICULAÇÕES PERMANENTES

Nesta seção, tecemos alguns comentários quanto à situação de fóruns, movimentos, redes e articulações nacionais permanentes do movimento de mulheres autônomo, levando em conta que houveram poucas respostas aos correios eletrônicos.¹⁰

Os sete questionários de fóruns foram preenchidos por suas coordenações, a maioria com mais de 6 anos de militância no fórum, e apenas uma com 2 anos, tempo que corresponde ao da existência do fórum, no caso, o fórum de menor tempo de existência incluído neste estudo. Todos os demais tinham entre 5 e 12 anos.

No caso dos movimentos, redes e articulações nacionais, as respondentes são integrantes da coordenação e/ou da coordenação de comunicação - 2 casos. Entre este grupo de respondentes, prevalece, assim como nos fóruns, o trabalho militante/voluntário das coordenações, mas aparecem vínculos de prestação de serviços, um caso em cada tipo de organização, ou seja, entre 50% das respondentes.

As principais fontes de recursos mencionadas espontaneamente, tanto em 1995 como em 2000, são as ANG's norte-americanas, seguidas pelo rateio entre as entidades associadas e/ou anuidade. Em seguida, aparecem as ANG's européias, organizações do sistema ONU, doações pessoais das militantes e financiamento de outras redes e articulações de mulheres, nesta ordem.

Os fóruns estiveram muito ativos em 1995 e 2000 por conta de Beijing e do processo Beijing +5, cujo financiamento esteve mesmo muito fortemente apoiado por ANG's norte-americanas, como atesta o seminário de avaliação de Beijing+5.¹¹ Isto pode explicar a prevalência deste tipo de fonte na indicação espontânea das respondentes e a importância que teve neste processo.

No tocante à regularidade de financiamentos e no que se refere a fontes, no quesito de pergunta estimulada, estas aparecem exclusivamente entre movimentos, redes e articulações, e em nenhum caso entre os fóruns, o que confirma o caráter de articulação e a opção pela não-institucionalização dos fóruns, afirmada pelas respondentes no quesito final do questionário denominado "comentários gerais".

Entre as fontes regulares, além da anuidade e rateio entre as associadas, mais citadas entre todas as fontes regulares, aparecem os fundos de pequenos projetos, no caso dos fóruns e ANG's americanas e, em terceiro e último lugar, os governos.

No conjunto dos questionários, observa-se maior diversidade de fontes, em 2000, que em 1995: no primeiro aparecendo um total de 27 indicações, contra 13, em 1995. Se, por um lado, é perceptível o maior número de apoiadores destas articulações, é impossível avaliar sobre alterações com relação ao volume, podendo este fato significar uma pulverização dos poucos recursos obtidos ou real crescimento no apoio.

Todos os fóruns mantêm-se e afirmam-se como espaços de articulação do movimento, não tendo equipe remunerada, mas sim grupos de trabalho militante e não-remunerado, que se articulam conforme as programações de atividades. Apenas um fórum apresentou um caso de contratação temporária de serviços prestados.

10. Alguns dos questionários recebidos foram desconsiderados por suas respostas serem sob grupos de organizações minor ou por se constituírem em subgrupos de um grupo maior, já respondidas.

11. GALL, Beatriz. (coord), *Seminário de Avaliação de Beijing +5*, Rio de Janeiro. (out/00)

As redes, movimentos e articulações, em que pese ter entre as militantes a maior de suas "equipes", apresentam contratação de pessoal, nas três modalidades: fixos com carteira assinada (1 caso), fixa como prestadora de serviços e prestadoras de serviços temporários (3 casos cada). Apresenta-se aqui uma tendência à institucionalização entre este grupo de organizações. Esta tendência é reforçada ao observarmos os dados sobre as condições de infra-estrutura para funcionamento.

Somente estas organizações possuem equipamentos, eletroeletrônicos, computadores, telefone e fax. Na sua grande maioria, os equipamentos próprios estão presentes apenas no item relativo ao ano 2000, representando um aumento de 94% em relação ao total de equipamentos próprios indicados, em 1995, para o conjunto destas organizações. Naquele ano, os equipamentos eram em menor número e, em sua grande maioria, eram emprestados por outros grupos e organizações de mulheres e/ou mistas.

O mesmo acontece com as condições e prática de informação e comunicação disponíveis para as coordenações e secretarias executivas destas organizações. Nenhum dos fóruns possui boletim impresso ou eletrônico; instrumentos de comunicação, entretanto, aparecem fortemente entre os movimentos (1 caso), redes (nos dois casos) e articulações (nos dois casos, um dos quais, até o momento da coleta dos dados, era um encarte de outro periódico de ong feminista). Situação idêntica acontece com as home-pages.

Mantendo esta tendência, e no tocante ao acesso à informação, sublinha-se que a assinatura própria de jornais – locais e nacionais, assim como periódicos especializados, são registrados apenas entre os movimentos, redes e articulações, com prevalência das redes.

VI

CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE

Um estudo exploratório é acima de tudo um estudo inicial, recolhe informações preliminares e indica questões para o aprofundamento. Este capítulo não trata por isso de conclusões, mas de comentários sobre os achados de pesquisa e problematização do tema para enfrentamento coletivo do debate ao interior do movimento e seus parceiros.

Como estratégia para o capítulo decidimos solicitar comentários escritos às mulheres do movimento e mulheres comprometidas com a proposta do movimento ao mesmo tempo que envolvidas no debate sobre a cooperação. Apresentamos aqui quatro pequenos textos críticos resultantes desta consulta.

Dois deles foram escritos por pessoas das organizações proponentes desta pesquisa. Estes são os textos de Ana Paula Portella, coordenadora do núcleo de pesquisa do SOS Corpo Gênero e Cidadania e Magnólia Azevedo Said, presidenta do Explar. Ana Paula indica os limites do próprio estudo, arrisca algumas hipóteses para interpretação dos dados quanto aos financiamentos dos encontros feministas e organizações de mulheres pela cooperação internacional, e comenta o que identifica como duas situações novas: a participação de empresas e das instituições financeiras multilaterais no financiamento às organizações de mulheres. Magnólia Said toma caminho semelhante, mas enfocando os desdobramentos pós-Beijing, em torno dos quais levanta várias inquietações quanto aos compromissos da solidariedade internacional para com as organizações de mulheres e conclui lançando alguns desafios para o debate pelo próprio movimento.

Os dois outros textos são de Eliana Bellini Rolemborg, secretária executiva da CESE, organização que apoiou a realização

da pesquisa e Graciela Rodríguez, de Ser Mulher, organização feminista com sede no Rio de Janeiro. Tanto Eliana como Graciela são mulheres que refletem e atuam sobre o tema das relações de cooperação, a primeira mais vinculada às igrejas e organizações ecumênicas de cooperação e a segunda mais próxima à cooperação alemã, é integrante do conselho de Heinrich Boll Stiftung no Brasil. Os dois textos focam o tema do desenvolvimento institucional do movimento de mulheres e feminista, ainda que de maneiras diversas. Eliana Rolemborg valoriza os aspectos relativos às organizações, em especial sua sustentabilidade política, enquanto Graciela aponta para novos desafios e temas para ações do movimento e que, na sua opinião, devem ser considerados pela cooperação internacional.

Agradecemos as autoras a colaboração oferecendo-nos este guia, ainda que inicial, para o debate sobre alguns dos principais aspectos do desenvolvimento institucional do movimento feminista no Brasil e suas organizações.

COMETÁRIOS À PESQUISA

por Ana Paula Portella

Duas questões me chamaram a atenção nos resultados da pesquisa "Sustentabilidade das Organizações de Mulheres no Brasil: Um Estudo Exploratório". Chamaram-me a atenção muito mais no sentido de desafiar a nossa compreensão do fenômeno do que propriamente explicá-lo. Estudos exploratórios, no entanto, prestam-se mais a levantar questões do que a respondê-las.

Antes de avançar, porém, acho importante lembrar um limite deste estudo referente ao desenho da amostra. As organizações de mulheres analisadas são aquelas que estiveram presentes ao XIII Encontro Nacional Feminista e que, portanto, tiveram recursos para pagar as inscrições. Isto dirige a nossa análise para

os grupos que, do ponto de vista do acesso a recursos, constituem uma certa "elite", na falta de uma palavra melhor. Não sabemos, portanto, quantos e quais grupos tentaram e não conseguiram organizar-se na década de 90 justamente em função de uma possível retração de recursos. Do mesmo modo, não sabemos quantos e quais grupos, mesmo tendo acesso a financiamento, não tiveram recursos suficientes para participar do Encontro.

A primeira questão que gostaria de abordar diz respeito ao padrão de financiamento dos ENFs. Em 1991, o XI ENF foi praticamente financiado na sua totalidade, apenas 6% dos recursos vieram das inscrições das participantes. As principais fontes de recursos foram governos (35%), empresas (24%) e agências não governamentais européias (20%), que totalizaram 79% do volume de recursos utilizados no encontro. A princípio, isso poderia garantir maior facilidade de acesso podendo, portanto, ampliar e fortalecer o movimento de mulheres. Mas só poderíamos confirmar este fato através de uma análise do número e do perfil das participantes do encontro, informações que não constam deste estudo.

Quase dez anos depois, o que encontramos no XIII ENF? Cerca de metade do volume de recursos originou-se das inscrições, ou seja, das próprias organizações de mulheres ou das mulheres individualmente. Um olhar apressado poderia nos dizer que houve uma mudança de foco no padrão de financiamento: os agentes financeiros estariam privilegiando o trabalho de intervenção social permanente das organizações em detrimento das atividades de articulação e mobilização política de caráter mais geral. Isso não deixa de ser verdadeiro. É bom lembrar, no entanto, que dois terços das participantes foram financiadas, mas apenas 20% destas o foram por seus próprios grupos: grande parte (46%) foi financiada por fóruns e articulações permanentes do movimento de mulheres e por centrais sindicais e sindicatos. Ou seja, organizações de articulação e mobilização políticas.

Algumas razões podem estar orientando esta mudança. Uma delas pode estar na antiga e persistente tensão entre movimento de mulheres e movimento feminista. Os encontros nacionais são declaradamente feministas, mesmo abrigando em seu interior uma grande diversidade de organizações de mulheres, boa parte delas que identifica-se como não-feminista. São poucos os fóruns e articulações permanentes que, por seu turno, exibem publicamente a identidade feminista.¹² Pode estar presente, portanto, nesta reorientação dos financiamentos uma certa preferência, escolha ou decisão — não é fácil precisar o termo em se tratando de fenômeno tão amplo e diversificado — de apoiar as organizações identificadas com o movimento de mulheres em geral. Uma outra razão, associada à primeira, pode estar ligada ao debate iniciado nos anos 90 e ainda em curso sobre a auto-sustentação das ONGs. Os encontros de mobilização nacional podem estar sendo entendidos pelos agentes financiadores como eventos que devem ser autofinanciados. As agências norte-americanas reduziram o seu volume de financiamento ao ENF em 66%, a redução entre agências européias foi de 25% e entre governos foi de 46%. Reduções nada desprezíveis, especialmente se lembrarmos que as inscrições aumentaram em nove vezes a sua participação no volume total de financiamento do ENF.

O segundo ponto que me chamou a atenção no estudo foi a variação no perfil de financiamento das organizações de mulheres pensando nos períodos pré e pós-Beijing. Há uma clara diversificação das fontes, acompanhada da elevação do número de grupos financiados por algumas destas fontes. Com base nas respostas estimuladas, verificamos que aumenta a participação dos governos, em especial o federal (105% de aumento) mas também os municipais (52%). Evidentemente que isto é resultado dos processos de reforma do Estado brasileiro, onde tem sido cada vez mais frequente o repasse de recursos diretamente às ONGs para o desenvolvimento de ações diretas junto à população. O caso dos programas de prevenção ao HIV/Aids é o mais emblemático, mas não é o único.

12. Até mesmo a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos adotou o nome RedeSafê como marca de divulgação. E não vai aqui nenhuma crítica a isso, trata-se apenas de uma constatação.

Diferentemente do que acontece com os ENFs, as agências européias e norte-americanas apresentam uma pequena elevação na sua participação no financiamento dos grupos, o que pode corroborar o que foi dito no início deste texto. Mas aqui há um dado que vale a pena ser ressaltado e que pode indicar uma mudança nas estratégias de financiamento das agências internacionais. Trata-se da participação dos fundos de pequenos projetos, que passam de 14% em 1995 para 36% no ano 2000, numa elevação de 157% num período de cinco anos. Estes fundos, embora sejam de fundamental importância para a sobrevivência dos grupos e para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, não garantem a sustentabilidade dos grupos por várias razões, entre as quais, eu destacaria as seguintes: são pontuais, não têm continuidade, são curtos e não financiam atividades de apoio administrativo-financeiro e de infra-estrutura. Neste aspecto, assemelham-se aos fundos governamentais que são recursos para o desenvolvimento de ações. Nos dois casos, supõe-se a existência de uma organização estruturada, com capacidade de sustentação e continuidade no tempo. Requisitos que, sabemos, aplicam-se a um grupo muito restrito de organizações de mulheres.

As consequências disto podem ser diversas, mas as mais importantes me parecem ser duas. A primeira é a pulverização de pequenos financiamentos para organizações frágeis que desenvolverão as atividades mas que não se sustentarão no tempo por falta de condições de "institucionalização" — e, com isso, enfraquece-se o movimento de mulheres como um todo. E a segunda seria uma certa re-concentração dos recursos entre aquelas organizações já estruturadas e com uma certa sustentabilidade financeira garantida por fontes mais permanentes de financiamento. Do mesmo modo, enfraquece-se o movimento.

Há ainda duas situações novas. Triplica a participação das empresas brasileiras no financiamento de organizações de mulheres no período 1995-2000 e surgem as Instituições Financeiras Multilaterais como fontes importantes de recursos.

No primeiro caso, podemos atribuir esta situação ao crescente debate sobre responsabilidade social acontecido no Brasil na última década, chamando a atenção, no entanto, o fato destas empresas estarem financiando grupos autônomos de mulheres, o que pode ser, sim, atribuído às ressonâncias de Beijing no cenário nacional.

No caso das IFMs, esta associação me parece mais clara, não apenas pelo fato de serem instituições multilaterais que interagem com as Nações Unidas e que, portanto, estiveram atentas ao processo de Beijing, mas também por ter sido no bojo de algumas destas instituições — especialmente o Banco Mundial — que foram desenvolvidas boa parte das teses e programas sobre gênero e desenvolvimento. Estes atores estiveram presentes e atuantes em todo o processo de preparação da Conferência de Beijing, sendo esperado, portanto, que após a Conferência recursos fossem destinados às ações com e para mulheres. Chama a atenção apenas a pequena participação das IFMs no total de fontes financiadoras das organizações — 18% — o que nos leva a pensar que sua prioridade esteja mais no campo tradicional do gênero e desenvolvimento do que no do fortalecimento das organizações autônomas de mulheres.

Finalmente, uma breve observação a respeito das informações produzidas no grupo focal. A opinião generalizada das mulheres ali presentes era de que os recursos foram reduzidos e tem sido mais difícil obtê-los. O quadro descrito acima indica mudança de estratégias, variação, redução, mas também aumento nas fontes de financiamento. A sutil discrepância entre o que é apresentado quantitativamente e a fala das mulheres deve ser motivo de novas investigações que podem envolver uma análise mais aprofundada da trajetória de financiamento de organizações diversas e um estudo das próprias agências de financiamento no sentido de identificar em que medida e porque as organizações de mulheres são ou não parte de suas prioridades.

O SIGNIFICADO DA PESQUISA E AS QUESTÕES QUE SEUS RESULTADOS TRAZEM PARA O MOVIMENTO DE MULHERES E PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

por Magnólia Azevedo Said

A constituição de uma Plataforma comum em Beijing resultou num marco importante para o movimento de mulheres, pois favoreceu a identificação dos tipos e formas de luta a serem levados para combater as políticas nacionais que reforçam e/ou incentivam as desigualdades, a identificação de avanços, retrocessos, a manutenção do status quo.

Beijing se afirmou como um momento de revisão de significados, de solidariedade ativa, de possibilidades de uma agenda comum e de acordo coletivo em torno de direitos universais relativos às mulheres. Tornou clara a compreensão de que é preciso intervir global e nacionalmente para transformar estruturas sociais que geram desigualdades de gênero. Foi também um momento de retro-alimentação para a ampliação de horizontes, maior qualificação e fortalecimento das proposições das organizações de mulheres brasileiras, a partir do momento em que encontram elo internacional na defesa de direitos. Alimento da criatividade na troca de experiências e informações. Ampliação da dimensão da luta feminista quando traz para a agenda das organizações, questões da conjuntura que antes não eram tratadas pelas organizações de mulheres.

Cinco anos depois, põe-se a nu, o modo como os governos têm se comprometido ou não com as políticas voltadas para as mulheres, para ações afirmativas, para a discriminação positiva, quando se vai medir os índices de compromissos cumpridos.

Todo esse processo possibilitou um reconhecimento institucional das demandas das mulheres, dando-lhes um estatuto político. Por outro lado, pergunta-se: o que aconteceu com todos esses acúmulos? Como foram entendidos pela Cooperação Internacional? Quais as possibilidades de sustentabilidade institucional das organizações de mulheres? O volume de recursos da cooperação internacional garante a sustentabilidade? Tem permanência? Tem o sentido de processo ou é circunstancial? As doações da população seriam um instrumento de referendo da legitimidade social das ONGs? Em que pese a capacidade de aglutinação e de mobilização das mulheres, ao movimento feminista estaria faltando uma dimensão humanitária a ser corporificada na sua atuação? As organizações de mulheres foram capturadas pelo Estado e pelas Instituições Financeiras Multilaterais ou se deixaram levar?

Estas são algumas das questões/dilemas que têm me incomodado como uma "pedra no sapato" e que não podem ficar "ad infinitum" porque acabam "rompendo com o sapato".

Nessa análise tive que fazer escolhas e, portanto, elegi dois resultados da pesquisa para alguns comentários. Mesmo considerando o tamanho da amostra da pesquisa em comparação com o universo e a diversidade no movimento de mulheres, suas conclusões indicam sinais que devem ser considerados, já que é parte do movimento que está se colocando.

Se por um lado, Beijing foi pleno de significados, por outro, estes se traduziram pouco em um maior desenvolvimento institucional das organizações de mulheres (aqui tomado em seu sentido amplo), na ampliação de sua legitimidade e na ampliação do apoio da cooperação internacional não governamental.

Mantém-se um baixo nível de informação com relação a fundos nacionais, o que nos leva ao debate sobre fundos públicos

constitucionais: o direito existe, foi uma conquista mas as organizações não conhecem e, portanto, não podem "reclamar" o acesso a eles, além de outros mecanismos nacionais de acesso a recursos.

A fala das mulheres sobre financiamentos denota a dificuldade de contextualizar e analisar as transformações pelas quais o Estado brasileiro vem passando, os próprios acúmulos e conquistas da sociedade civil e do movimento de mulheres, quando afirmam: "não mudou nada".

Talvez falte ao movimento, construir/potencializar oportunidades para viabilizar o conjunto de estratégias de que trata Armani, combinadas com o espectro legitimador da existência das organizações, tratado por Valarelli.

Me parece que o "campo" de intervenção do movimento de mulheres ou movimento feminista não deve ser apenas pela democratização do Estado, pelo acesso à informação, pela transparência nas contas públicas e pela participação e acesso a fundos públicos em igualdade de condições.

As respostas das Agências à solicitação de apoio ao ENEF demonstram uma restrição tácita da cooperação internacional a apoios que mantenham/sustentem aspectos político-organizativos do movimento de mulheres. Além de ser um reflexo da cobrança dos governos mantenedores em grande parte, das agências de cooperação por resultados "concretos" e quantificáveis, é também um reflexo da visão de algumas agências sobre a relação mulher e desenvolvimento que não considera o empoderamento das mulheres como fator preponderante na solução da pobreza e desigualdades estruturais.

Se recuperamos a constituição da sociedade civil no Brasil e do movimento de mulheres, veremos que a cooperação internacional apoiou o movimento na busca de conquistas de

direitos. Agora, quando esse mesmo movimento demanda apoio para a garantia da sustentabilidade desses direitos e para aquisição de novos direitos, a cooperação se retrai.

Se por um lado, essa situação fragiliza o movimento, por outro, o fortalece porque lhe dá a certeza de que incomoda. A expressão desse incômodo aparece quando o movimento se mobiliza para mostrar os nexos entre gênero e as diferentes dimensões do desenvolvimento. A expressão desse incômodo aparece no perfil revolucionário da sua missão, mesmo com todas as dificuldades e problemas de efetivação. Não há como negar que são as feministas, dentro do movimento de mulheres que mais têm avançado na problematização dos modelos de organização política, social e econômica no País.

Observa-se também, a entrada em cena das Instituições Financeiras Multilaterais, acenando com uma política de fomento à sociedade civil, supostamente marcada por uma preocupação especial com a exclusão das mulheres, com repasses financeiros e com envolvimento de organizações de mulheres na execução das ações de seus projetos.

Por trás do discurso da participação, da eficiência das mulheres e da boa governança, estão a legitimação da reorganização do Estado nos moldes do projeto neoliberal, a estagnação das fontes de vulnerabilidade, com políticas compensatórias e com a responsabilidade dos grupos por essas políticas.

Alguns desafios aparecem nas entrelinhas da pesquisa que merecem ser enfrentadas pelo movimento de mulheres:

- Lançar um olhar mais cuidadoso para o interior do movimento, no sentido de re-conhecer a diversidade que nele reside, para tratá-la na sua especificidade, aceitando sua existência. A intimidade do movimento feminista, dentro do movimento de mulheres precisa ser revista e as diferenças assumidas coletivamente para que sejam da melhor forma tratadas;

- Renovar modos de pensar, de agir, de articular, de integrar outros movimentos, de se integrar.

Por fim, um chamado às agências de cooperação não governamentais: Por que apoiar ações das mulheres é importante?

Porque deve ser compromisso da cooperação internacional que as mulheres possam influir, decidir sobre questões estruturais. Isso significa assumir também como sua, a luta das mulheres por justiça, equidade, democracia e efetivação de direitos.

Porque as ações das mulheres têm um poder irradiador; porque questionam a ausência das mulheres do debate sobre desenvolvimento, porque explicitam e dão nome a um conflito – o conflito de gênero que não está na agenda dos governos nem nas pautas para a elaboração de políticas universalizantes.

Ainda porque as condições do presente das mulheres e também do seu futuro, são também condições da humanidade.

APRECIÇÕES A RESPEITO DO RELATÓRIO FINAL

por *Eliana Bellini Roemberg*

Inicialmente, quero registrar a importância da iniciativa da Rede Entre Mulheres – Seção Brasil, coordenada por SOS Corpo e ESPLAR. A oportunidade aproveitada para realização da pesquisa também foi bem escolhida e facilitou a obtenção de informações, concentradamente, e num ambiente favorável a esse tipo de questionamento.

Para apreciação dos resultados, porém, teria sido útil o conhecimento dos questionários que, embora anunciados como

anexo, não constam do relatório. Todavia, os dados fornecidos e as tabelas que integram o texto permitem uma visualização da proposta e, com base nisso, seguem alguns comentários que, espero, ajudem no desdobramento dos trabalhos e nas discussões que deverão acontecer a partir da apresentação do relatório.

É com o intuito de reforçar o debate e, ao mesmo tempo, *problematizar*, que levanto questões.

A meu ver, o *contexto* é um ponto central que deveria estar presente em todos os momentos da análise dos dados e da própria formulação da pesquisa, como pano de fundo. Não se pode verificar a maior ou menor governabilidade das ONGs e Movimentos sem considerar a maior ou menor influência do contexto. Falo do contexto específico das organizações e articulações feministas, mas falo, principalmente, do contexto mais amplo: econômico, social, político, cultural, onde estas estão inseridas.

Os dados obtidos pela pesquisa são importantes e merecem ser explorados de forma mais analítica, tendo sempre como referência o contexto geral e o das organizações de mulheres.

Outro elemento a destacar é a *sustentabilidade*. Ela não pode ser reduzida ao aspecto financeiro. Sendo considerada na interação com outros grupos feministas e não feministas, locais, regionais, nacionais e até internacionais, deve ser analisada nos dois sentidos da relação: ida e volta, onde entram vários elementos, interagindo e influenciados por contextos diversos.

Falar da condição de sustentabilidade dos grupos de perfil feminista no Brasil, ou de sua fragilidade, exige considerar suas capacidades de enfrentamento dos problemas que a realidade brasileira coloca para os mesmos. Significa abordar, também, resultados de sua intervenção no movimento social mais amplo, nas políticas públicas; além, portanto, da mera capacidade de auto-sustentação.

Os desafios que se apresentam para os grupos feministas, os movimentos populares, as organizações mistas, quanto a seu desenvolvimento institucional, têm especificidades, porém, quanto à sustentabilidade, em sentido lato, os pontos centrais são comuns. No diálogo com a cooperação internacional, por exemplo, não é possível discutir essa questão separada de conceitos como *compromisso* e *solidariedade* nas relações.

Hoje, o processo que vivenciamos já permite introduzir esses componentes da sustentabilidade nos debates com os parceiros e questionar seus posicionamentos de princípio, confrontando com as respostas concretas da cooperação às demandas das organizações brasileiras que têm demonstrado capacidade e criatividade na direção das lutas específicas das mulheres e na ocupação de espaços que, pouco a pouco, interferem e modificam relações de gênero.

Não basta interpelar as agências de cooperação quanto à priorização de financiamento para os grupos de mulheres. É necessário discutir a questão de forma mais abrangente, considerando a contribuição efetiva para modificação das atuais relações de gênero.

Esse significado mais amplo de cooperação solidária incorpora outras exigências, além de recursos financeiros que garantam encontros e articulações, tais como: capacitação interna das organizações, seja para gestão, seja para captação de recursos, seja para obtenção de visibilidade junto à sociedade, seja para o monitoramento das ações.

A pesquisa fornece muitos dados, detalha o perfil das respondentes. O passo seguinte pode ser a retomada das questões orientadoras, à luz dos dados e das necessidades de reforço de cada organização e de cada tipo de articulação própria e às inter-relações com outros movimentos e organizações.

Esse debate deve ser compartilhado com os diversos grupos da sociedade civil organizada, para que seja possível assegurar a *sustentabilidade política* indispensável para a garantia de equidade de gênero numa sociedade onde prevaleçam relações de justiça.

ENTIDADES DE MULHERES: A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

por Graciela Rodriguez

ANTES DE BEIJING (75 A 95)

A profissionalização do movimento de mulheres através da constituição de ONGs foi uma decorrência da necessidade de assumir e implementar as bandeiras e reivindicações de políticas públicas que durante a década de 80 agitaram o panorama dos movimentos sociais nas Américas e particularmente no Brasil. A formulação em termos de saúde integral, de combate à violência doméstica e sexual e dos direitos de cidadania das mulheres, formam os elementos centrais da agenda desses anos.

Desde o início da década de 90 a ênfase na problemática mundial do desenvolvimento, junto ao reconhecimento da necessidade de incorporar o gênero como elemento indispensável à eficiência nesse campo, colocam o movimento de mulheres numa situação de relevância.

O Ciclo de Conferências das Nações Unidas vai permitir ao movimento de mulheres um espaço privilegiado para o diálogo e a construção de prioridades a nível internacional. Esse processo irá incluir um forte apoio financeiro às entidades de mulheres para que estas consigam incidir e levar suas reivindicações a serem plasmadas nos tratados internacionais.

Sem dúvida, muito se reconhece a importância do processo que desde a Eco 92 e culminando com a Conferência de Beijing (1995) vem permitindo ao movimento de mulheres não só o crescimento do seu papel político como sua própria ampliação e aprofundamento.

Porém junto com este reconhecimento podemos dizer que o processo de fortalecimento vai alterar seu rumo, e a Conferência de Beijing fechará um ciclo. Assim, em 95, a Declaração de Beijing deixa registradas as reivindicações que o movimento de mulheres vem formulando por duas décadas, desde a Primeira Conferência realizada no México em 75. De esta forma, a culminação com êxito deste processo, finaliza um ciclo que pressupõe uma presença relevante das mulheres e um conjunto de conteúdos incorporados socialmente não só pelos governos nacionais, como também pelos organismos internacionais e mais, pela própria opinião pública mundial.

DEPOIS DE BEIJING

Beijing deixa para os governos nacionais um Plano de Ação que vai requerer uma elevada dose de "vontade" política e um orçamento em consonância. Os estudos e análises pós-Beijing sobre a implementação das metas assinadas, através do "Índice de Compromissos Cumpridos" tem mostrado com clareza, as dificuldades dos governos latino-americanos e em particular do Governo Brasileiro, na consecução de tais compromissos.

De todas maneiras a diversificação das fontes nacionais de financiamento, que se fazem relevantes segundo o estudo que nos ocupa, mostra o novo papel do governo, ou ao menos partes deste, que vem tenuemente cumprindo esse seu novo papel, com projetos para as mulheres, muitos deles realizados com parcerias e contrapartidas de ONGs, (como muito bem exemplificam os projetos do Ministério da Saúde sobre DST/Aids).

Assim a cooperação internacional cumpre seus objetivos em termos mundiais de apoio ao processo de Beijing, e vai redirecionar seus focos de preocupação, que comecem a apontar novos temas e alguns países e continentes (África, Europa do Leste e Ásia) de maneira prioritária.

Esta análise, sucintamente apresentada, do processo que culmina em Beijing, nos traz à necessidade de repensar as linhas estratégicas do movimento de mulheres. Neste sentido podem ser apontados alguns elementos que irão incidir sobre os novos papéis a serem assumidos pelas entidades de mulheres e sobre sua sustentabilidade.

Entendemos por sustentabilidade a capacidade das entidades de mulheres de realizar sua missão e metas em prol da redução das desigualdades de gênero e o combate à opressão das mulheres, nas diversas formas em que se expressam na sociedade, de maneira independente, autônoma e permanente. Isto nos traz a reflexão sobre dois elementos: o da necessária liberdade institucional para fixar metas e objetivos segundo os seus princípios e visões filosóficas, ideológicas e políticas, e o da legitimidade social destas entidades de modo a garantir suas ações e permanência.

MOMENTO DE REPENSAR

De outro lado, a reformulação que surge da nossa análise, nos coloca a necessidade da reflexão teórica sobre os fundamentos do pensamento feminista. É isto apontado basicamente no sentido de vir a fortalecer dois processos,

- A construção de novas visões e formulações que venham a dar conta das necessidades das mulheres e de seus avanços históricos, e
- O fortalecimento do próprio movimento.

O pensamento feminista historicamente tem se caracterizado pela crítica permanente à cultura e tem nutrido o movimento de mulheres com conteúdos específicos. Tem também sustentado a criação do movimento como espaço político de forte incidência na sociedade. Entendemos que o pensamento feminista precisa ser recontextualizado no campo das atuais e velozes reformulações econômicas, sociais e especialmente técnico-científicas. São estas questões as que tem nutrido e modificado o cotidiano das mulheres, tem produzido novos impactos e apresentado desafios inéditos. Assim, sem novas reflexões e debates, sem uma recontextualização do pensamento e da ação em função de um diagnóstico preciso da conjuntura internacional e nacional, corre-se o risco de ficarmos defasadas em termos do instrumental teórico para compreendermos os significados políticos das transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX.

Assim, o aprofundamento do debate teórico se constitui numa necessidade para a permanente recriação do movimento na medida em que suas reflexões e resultados funcionam como "seiva" imprescindível na instância política.

CONSTRUINDO A LEGITIMIDADE SOCIAL

Um novo ciclo está aberto, e ele deve se referenciar nas necessidades atuais das mulheres, que passam pela sua incorporação ao mundo econômico globalizado, pela sustentabilidade do seu desenvolvimento, pelo impacto do novo modelo em termos de violência e pobreza, pelas respostas a serem dadas no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos diante do atual projeto techno-científico na área da biologia, da genética e ciências afins e os modelos de assistência hegemônicos, pelas suas reivindicações diante dos direitos individuais e dos direitos coletivos, pela ainda escassa presença nos espaços de poder, etc. Assim, a perspectiva das mulheres no comércio internacional, nos processos de integração regional, na produção de transgênicos e no patenteamento de formas de vida e remédios,

etc. deve ser incorporada com a urgência imposta pela velocidade das definições que vem se sucedendo no mundo "globalizado".

Este novo ciclo ainda continua referenciado em muitas das "velhas" batalhas, mas exige ao mesmo tempo novos desafios.

O fortalecimento do campo feminista ao interior do movimento de mulheres e o debate para integrar o específico e o transversal deve continuar sendo prioritário. A sustentabilidade evidentemente estará ligada à legitimidade que o movimento de mulheres consiga manter na sociedade, tendo em vista suas diferenças internas, seu processo de ampliação e renovação, as perspectivas de construção de alianças com outros setores sociais, o vínculo com as bases sociais e o traçado de suas estratégias políticas numa sociedade em mutação profunda.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL OU DIÁLOGO POLÍTICO

Para acompanhar os novos desafios postos para as entidades de mulheres, em termos da sustentabilidade ligada às fontes financiadoras, devemos lembrar a necessidade de basear a cooperação num diálogo franco entre interesses políticos diversos que movem as ações tanto da cooperação quanto das entidades da sociedade civil nos países não desenvolvidos. Isto significa reformular esse diálogo, que se até o presente geralmente tem sido de "ajuda" e solidariedade, deve avançar a patamares de diálogo político. Evidentemente a cooperação internacional não é monolítica e os diversos interesses que a animam, pode significar uma diversidade muito interessante para encarar esse diálogo.

Para as entidades de mulheres especificamente recolocar esse diálogo significa atualizar um debate que as vezes julga-se definido ou superado. Neste sentido consideramos que deve ser retomado o debate sobre o feminismo e sua atual diversidade, com as entidades da cooperação. Estas em sua maioria, tem adotado nos últimos anos o enfoque de gênero entre as suas prioridades e

ações. Debatermos as consequências (e as vezes até possíveis "armadilhas") que esta definição implica na orientação do trabalho das entidades de mulheres, forma parte do processo de definição de rumos da cooperação com as entidades feministas. Assim a recriação e aprofundamento do pensamento feminista ao interior do movimento, e a incorporação de seus princípios ao diálogo com a cooperação, se encontram na pauta de revitalização dessa troca. Ela deve possibilitar e fortalecer o aprofundamento da inserção social das entidades, como reflexo da expressão das necessidades atuais das mulheres.

Se abre um amplo espaço para pensarmos alternativas para um outro mundo possível, o Fórum Social Mundial tem demonstrado isto, as entidades de mulheres temos um importante papel a cumprir, podemos aceitar o desafio....

**ANEXO**

ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

GRUPOS E ONGs

ABMCJ-RN. Assoc. Bras. de Mulheres de Carreira Jurídica-seção RN - RN
 AMARN- Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - AM
 AMHOR- Articulação do Movimento Homossexual do Recife - PE
 Amzol - Associação de Mulheres da Zona Leste de São Paulo - SP
 APROCE- Associação de Prostitutas do Ceará - CE
 Articulação de Mulheres Negras do Estado da Bahia - BA
 Associação das Mulheres de Marataízes - ES
 CACFS- Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais - RJ
 CAMTRA- Casa da Mulher Trabalhadora - RJ
 Casa da Cultura da Mulher Negra - SP
 Casa da Mulher Renasce Companheira - PB
 Cedro- Centro de Defesa dos Direitos da Mulher - SP
 Cemina - RJ
 Centro da Mulher 8 de Março - PB
 Centro da Mulher Brasileira - RJ
 Centro das Mulheres de Catende - PE
 Centro de Medicina Alternativa de Maranguape II - PE
 Centro de Mulheres do Cabo - PE
 Centro Popular da Mulher - GO
 CEVAN- Centro Vergueiro de Atenção à Mulher - SP
 Cêmea - DF
 Coletivo de Mulheres Negras - AL
 Fala Preta - SP
 Gaia - PB
 Gêledex- SP
 Grupo Arco-Íris- Conscientização Homossexual - RJ
 Grupo Criola - RJ
 Grupo de Mulheres Cabane - PA
 Grupo de Mulheres do Alto das Pombas - BA
 Grupo de Mulheres do Conjunto Pró-Morar Sul-PI - PI
 Grupo de Mulheres do Moço da Conceição - PE
 Grupo de Mulheres Margarida Maria Alves, das Malvinas - PB
 Grupo Flôr Mulher - PB
 Grupo Nova Mulher- RN - RN

Grupo Origem-Olinda - PE
 IMMEC-Instituto Maria Mãe de Estudos, Pesquisa e Cidadania - RN
 Justiça Seja Feita - PE
 Lilás-Consultoria e Estudos de Gênero - PR
 Lilite-Grupo de Mulheres - SC
 Loucas de Pedra Lilás-Olinda - PE
 Maria Mulher- Organização de Mulheres Negras - RS
 Menina Feliz - PB
 Mulher e Saúde Natural - MG
 Oborinduda-Grupo de Mulheres Negras - ES
 Rede Acreana de Mulheres e Homens - AC
 SDF-Sempre Viva Organização Feminista -SP
 SOS Corpo-Gênero e Cidadania - PE
 THEMIS - Assessoria Jurídica e Gênero - RS
 Transas do Corpo- Ações em Saúde e Sexualidade - GO
 UMC - União de Mulheres Cearenses - CE
 União de Mulheres de Natal - RN

FÓRUMS ESTADUAIS

Fórum de Mulheres do Mato Grosso do Sul - MS
 Fórum Goiana de Mulheres - GO
 Fórum de Mulheres do Distrito Federal - DF
 Fórum Paraibano de Mulheres - PB
 Fórum de Mulheres de Pernambuco - PE
 Fórum de Mulheres de Salvador - BA
 Fórum Popular de Mulheres do Paraná - PR

MÓVIMENTOS E REDES DE ÂMBITO REGIONAIS

Mov. de Mulheres Trab Rurais do Nordeste
 Mov. Articulado de Mulheres da Amazônia
 Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos de Gênero
 Redes e Articulações de Âmbito nacional
 Articulação de Mulheres Brasileiras
 União de Mulheres Brasileiras
 Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

A presente edição, com tiragem de 500 exemplares, foi composta em caracteres Amerigo, corpo 11/12, e impressa pela Luci Artes Gráficas Ltda., para SOS CORPO Gênero e Cidadania Edições, em sistema offset, papel Pólen Bold 90g (miolo) e Cartão Supremo 250g (capa), em outubro de 2001.